

Projeto Rede Intercultural, Diagnóstico Social de Canha e Pegões

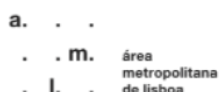
Carla Cibebe Figueiredo (coord)
Ana Alcântara
Célia Quintas
João Torres
José Rebelo
Sandrina Moreira

Colaboração
Alexandra Costa
Maria do Rosário Rodrigues

2025



comunidades-em-ação
UF Pegões e F Canha



Agradecimentos

Agradecemos a colaboração da colega Maria do Rosário Rodrigues que acompanhou voluntariamente este trabalho e que nos ajudou a refletir sobre o mesmo.

Prestamos também o nosso agradecimento a todas as pessoas e instituições da comunidade local que nos forneceram dados e informação e apoio logístico e às que disponibilizaram o seu tempo para as Entrevistas e os *Focus Group*.

Agradecemos ainda o apoio de Alexandra Costa na elaboração deste diagnóstico.

Por fim, um reconhecimento especial à Isabel Moisés, da Academia Sénior de Pegões, pela preciosa ajuda no acolhimento e integração nas comunidades de Canha e Pegões.

Índice

Introdução	4
1 Caracterização dos territórios de Canha e Pegões	8
2 Demografia e impacto da imigração nas freguesias de Canha e União das freguesias de Pegões	12
3 Caracterização multicultural e intercultural dos Territórios de Canha e Pegões	18
3.1 Motivos migratórios	19
3.2 Economia, trabalho, emprego	20
3.3 A Relação dos imigrantes com o(s) território(s)	21
3.4 Identidade Cultural	22
3.5 Educação	23
3.6 Habitação	25
3.7 Saúde	26
3.8 Relação entre Culturas	27
4 Imigrantes - Vulnerabilidades, problemas e potencialidades	29
4.1 Aspetos menos positivos	29
4.2 Aspetos mais positivos	32
4.3 Quadro síntese do Diagnóstico	33
5 Conclusão e propostas de intervenção	35
Anexos	41
Guiões de Entrevistas e Focus Group	41
Guião de Entrevista aos técnicos do Centro Local de Apoio à Integração dos Migrantes (CLAIM)	42
Guião do <i>Focus Group</i> à população de origem nacional residente em Canha e Pegões	44
Guião do <i>Focus Group</i> à população de origem imigrante residente em Canha e Pegões.....	47
Guião de Entrevista a empregadores, sobre a situação perante o Trabalho e o Emprego da população imigrante de Pegões e Canha.....	49
Guião de entrevista às Sociedades Recreativas de Canha e Pegões	51
Guião de Entrevista na área de Educação	54
Guião de Entrevista a empregadores, sobre a situação perante o Trabalho e o Emprego da população imigrante de Canha e Pegões.....	56

Introdução

Este relatório apresenta o Diagnóstico Social das freguesias de Canha e Pegões (concelho do Montijo) elaborado no âmbito do Projeto Rede Intercultural e, em particular, do Observatório das Migrações. Este trabalho foi desenvolvido ao abrigo do Projeto de Recuperação e Resiliência (PRR) da Câmara Municipal do Montijo e da Operação Integrada Local (OIL Canha e Pegões), numa parceria com o Instituto Politécnico de Setúbal. Nele colaboraram sete professores/as da Escola Superior de Educação e da Escola Superior de Ciências Empresariais, em estreito processo colaborativo (para tarefas específicas contaram ainda com o apoio de dois colaboradores externos).

Atendendo a que um Diagnóstico Social pressupõe uma análise profunda de um território e sua comunidade, adotaram-se, na concepção deste trabalho, procedimentos de investigação, embora cientes de que não se estava a produzir um estudo académicoscientífico. O desenvolvimento deste relatório passou por cinco etapas:

- a) Identificação de fontes, interlocutores e construção de instrumentos de recolha de dados;
- b) Recolha de dados quantitativos e qualitativos, seu registo e transcrição;
- c) Análise e interpretação de dados;
- d) Elaboração do Relatório Preliminar e partilha do mesmo com interlocutores chave das Comunidades de Canha e Pegões;
- e) Redação do Relatório Final.

Se é natural haver algumas dificuldades com processos de natureza investigativa em meios rurais, no caso em apreço estas foram acrescidas pelo facto da imigração ser atualmente um assunto de controvérsia e conflitualidade. Assim, quer a população nacional quer a imigrante manifestou algum receio quando contactada para facultar informações. O resultado que apresentamos é, portanto, o possível. Para o melhorarmos, seria necessário haver mais tempo para quebrar barreiras e ganhar confiança, algo que a equipa foi conseguindo, mas que, só uma continuidade e a maior permanência no território, permitiriam aprofundar. Ainda assim, estes relatórios podem e devem, quanto a nós, continuar a produzir-se no âmbito do próprio Observatório das Migrações.

A tabela que se apresenta, seguidamente, é demonstrativa do trabalho realizado no terreno, das técnicas e instrumentos usados e das fontes de informação com elas relacionadas.

Tabela 1 - Recolha de Dados Empíricos

Freguesia	Local	Data	Tipo de trabalho e Intervenientes	Código
Canha	Santa Casa da Misericórdia	19 de julho de 2023	Entrevista ao Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Canha Henrique Gomes Equipa IPS	ECMis
Pegões	Sede da Junta de Freguesia de Pegões	19 de julho de 2023	Entrevista ao Presidente da União de freguesias de Pegões Equipa IPS	EPPJP
Pegões	Sede da Junta de Freguesia de Pegões	29 de janeiro de 2024	Reunião com as técnicas do Gabinete de Apoio ao Imigrante (GAI) de Canha/Pegões Equipa IPS	EPGAAI1
Montijo	Instalações da Junta de Freguesia do Montijo e Afonsoeiro	14 de março de 2024	Reunião com os Técnicos do GAI de Montijo e Afonsoeiro Equipa IPS	EMCAI1
Pegões	Agrupamento de Escolas de Pegões	22 de março de 2024	Entrevista à Diretora do Agrupamento de Escolas de Pegões Equipa IPS	EPDAE
Canha	Santa Casa da Misericórdia	16 de abril de 2024	<i>Focus Group</i> com a População imigrante a trabalhar em Canha O grupo era composto por 4 mulheres e 2 homens imigrantes, todos a trabalhar em Canha (omitidos os nomes em função da proteção de dados) Equipa IPS	FGCPI
Pegões	Academia Sénior	5 de julho de 2024	<i>Focus Group</i> com a População imigrante a trabalhar em Pegões O grupo era composto por 4 homens e 2 mulheres imigrantes, cinco a trabalhar em Pegões e um em situação de desemprego (omitidos os nomes em função da proteção de dados) Equipa IPS	FGPPI
Pegões	Academia Sénior	8 de julho de 2024	<i>Focus Group</i> com a População nacional residente no território Equipa IPS	FGPPA
Pegões	Junta de Freguesia de Pegões	11 de julho de 2024	<i>Focus Group</i> com Empregadores de População imigrante Participantes: Representante da Associação de Pais Escola Básica e Secundária de Pegões Empresa de Construção e Trabalho com madeiras - Carmo Wood Empresa de Trabalho Temporário onde trabalha População imigrante - Transatlântico Equipa IPS	FGPE
Montijo	Instalações do Centro Local de Apoio ao Imigrante do Montijo (CLAI)	11 de dezembro de 2024	Entrevista aos Técnicos do Centro Local de Apoio ao Imigrante (CLAI) do Montijo Equipa IPS	EMCLI2

Freguesia	Local	Data	Tipo de trabalho e Intervenientes	Código
Canha	Gabinete de Apoio ao Imigrante (GAI) de Canha/Pegões	16 de janeiro de 2025	Entrevista aos Técnicos do CLAI de Canha/Pegões Equipa IPS	ECGAI2
Pegões	Sociedades Recreativa de Pegões Velhos	16 de janeiro de 2025	Sociedade Recreativa de Pegões Velhos, Sociedade Recreativa do Cruzamento de Pegões, Sociedade Recreativa das Figueiras, Sociedade Recreativa de Foros do Trapo Equipa IPS	FGPSR
Canha	Junta de Freguesia de Canha	5 de maio de 2025	Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia de Canha. Equipa IPS	EPPJC

Atribuição do código: **E** (Entrevista), **F** (Focus Group), seguindo de inicial da localidade (**M** de Montijo, **C** de Canha e **P** de Pegões) e tipo de instituição/população

Tabela 2 - Recolha Documental

Documento	Fonte
Indicadores sobre a população e/ou outros constantes do mapa de indicadores elaborado pela equipa	Censos 2021 Página da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) Dados solicitados junto de instituições locais
Diagnóstico Social 2023 elaborado pelo Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS) para o Conselho Local de Ação Social	Cedido pela Autarquia
Monografias disponíveis sobre o Território	Bibliotecas Pesquisa Digital

Para além destes instrumentos específicos de recolha de dados, o Encontro *do PRR Comunidades em Ação*, organizado pela autarquia do Montijo (13 de fevereiro de 2025, Montijo) constituiu uma oportunidade de troca de informações sobre os diversos projetos que estão a ocorrer nas freguesias rurais do concelho. Para além da nossa participação, possibilitou a recolha de dados sobre os outros projetos existentes e compreensão de quais têm sido os seus objetivos e atividades dinamizadas.

De referir ainda a importância do Encontro de partilha da versão preliminar do Diagnóstico Social (9 de setembro de 2025, sede do Agrupamento de Escolas de Pegões), o qual permitiu triangular a análise efetuada pela equipa IPS com a visão das pessoas que vivem e conhecem o território. Desta forma, consolidou e acrescentou o conhecimento adquirido pelos professores/investigadores, enriquecendo as sugestões ao nível de futuras intervenções que se venham a fazer para o seu desenvolvimento social, sobretudo ao nível da integração das comunidades imigrantes.

Neste relatório de Diagnóstico começamos por caracterizar brevemente os territórios, apresentando alguns dados estatísticos relevantes sobre os mesmos, em particular, sobre a imigração. Segue-se uma análise realizada a partir das principais temáticas abordadas nas diversas entrevistas e *Focus Group*. Por fim, apresentamos um diagnóstico síntese e as conclusões que incluem algumas sugestões a nível de intervenção futura, não obstante

sabermos que enquanto se realiza este relatório há instituições intervenientes no PRR, no âmbito da OIL Canha e Pegões, com ações em prática no terreno, algumas que procurámos mapear e outras, cujos resultados não nos estão acessíveis, mas que poderão estar a contribuir para a resolução de problemas que identificámos.

1 Caracterização dos territórios de Canha e Pegões

Este relatório incide sobre um território que engloba, atualmente, duas freguesias de cariz eminentemente rural, integradas no Concelho do Montijo – a Freguesia de Canha e a União de Freguesias de Pegões.

A vila de Canha é a mais antiga localidade do concelho do Montijo. Possuiu autonomia administrativa enquanto sede de concelho do mesmo nome entre 1172 e 1836, sendo então integrada no concelho de Montemor-o-Novo. Em 1838 passou a fazer parte do concelho de Aldeia Galega, atual Montijo. Para esta mudança de integração administrativa terá contribuído o facto da maioria dos proprietários rurais da área serem residentes na Aldeia Galega ou nesse concelho.

Já no século XX, esta freguesia deixou de integrar parte do seu território original, com a criação das freguesias de Santo Isidro, em 1957, e de Pegões, em 1985. Atualmente esta freguesia tem uma área de 207,73 km¹ e nela habitam, segundo o Censo de 2021, 1566 pessoas. Esta freguesia que é a mais distante da sede do concelho, mantém um cariz essencialmente agrícola e tem como principais instituições a Santa Casa da Misericórdia, a Escola Básica e a Casa do Povo.

O atual território de Pegões, entre os séculos XIII e XIV integrava as possessões da Ordem de Santiago e, por se situar na proximidade da antiga Estrada Real que ligava Lisboa a Badajoz, tinha uma importância estratégica nos percursos de ligação entre o Sul do país e Espanha, onde se localizou uma das estações do serviço de Mala-Posta (FERREIRA, 1946) entre o século XVI e o século XIX. Em 1947, por iniciativa da Junta de Colonização Interna (1936) que desenvolveu um projeto de fixação de colonos e terrenos baldios e públicos, foi criada a Colónia Agrícola de Pegões nos terrenos pertencentes à Herdade de Pegões. Esta constituiu a colónia modelo da Junta de Colonização Interna, no âmbito da política de reformismo agrário adotada pelo Estado Novo. É em 1957 que os três núcleos populacionais da Colónia Agrícola – Faias, Figueiras e Pegões Velhos – passam a constituir a freguesia de Santo Isidro de Pegões. Neste enquadramento, foi criada em 1958 a Cooperativa Agrícola de Santo Isidro de Pegões, como infraestrutura de apoio ao plano de fomento e ordenamento agrícola, que daria origem no pós-25 de Abril de 1974 à Cooperativa Agrícola de Santo Isidro, fundamentalmente ligada à produção de vinha e de vinho. “Pegões sempre foi um local onde não havia falta de trabalho. Havia o trigo (...) os trabalhos do arroz, (...). Começavam também a haver vinhas (...). Depois os pomares de laranjeiras (...). Como toda a gente vivia apenas do trabalho do campo, dividiam-se pelas herdades, se bem que algumas bem longínquas das habitações. E porque não havia transportes, trabalhando de sol a sol implicava que só viessem a casa de semana a semana. Apesar de haver muito trabalho, o salário era baixíssimo” (FERREIRA, 2023, 81-85).

¹ «Carta Administrativa Oficial de Portugal CAOP 2013»

A atual União das Freguesias de Pegões do Concelho do Montijo, resulta da agregação das freguesias de Pegões e de Santo Isidro de Pegões pela reorganização administrativa de 2012/2013², tendo 79,77 km² e, segundo o Censo de 2021, 4090 habitantes. Muita da população nacional atualmente residente em Pegões descende ainda de famílias que se instalaram neste território como colonos e essa memória ainda perdura.

No FG com a população portuguesa residente na freguesia, realizada a 8 de julho de 2024 na Academia Sénior de Pegões, refere-se “que Pegões vive da agricultura”, essencialmente estufas, vinicultura e, mais recentemente, a suinicultura. Os polos sociais mais importantes são a Escola, o Centro Social das Faias, a Academia Sénior, a Sociedade Recreativa de Pegões Velhos e a Sociedade Recreativa Cruzamento Pegões. Ainda assim, a população identificou a falta de médicos no Centro de Saúde e de um ATL, que implica “os pais não terem onde pôr os miúdos. São obrigados a ir deixá-los em Vendas Novas, a 14 ou 15 km”, como as maiores fragilidades em termos de serviços.

O mesmo FG e outro, realizado a 16 de janeiro de 2025, com representantes das associações locais apontam para “a situação dos imigrantes” como uma das preocupações na freguesia. “Apesar desta não ser uma realidade nova para esta freguesia, (...) é, sem dúvida, uma realidade que tem vindo a crescer muito nos últimos anos”, sendo que o primeiro fluxo migratório do século XXI foi constituído por pessoas vindas da Europa de Leste, nomeadamente da Roménia, seguindo-se brasileiros para trabalhar na construção civil e, atualmente, pessoas provenientes do Subcontinente Asiático, essencialmente da Índia e do Nepal.

Com base em entrevistas realizadas aos Presidente da União das Freguesias de Pegões e da Junta de Freguesia de Canha, recolhemos algumas perceções que passamos a sistematizar. De salientar que estas entrevistas decorreram em momentos diferentes, a entrevista feita ao presidente da Junta de Pegões foi realizada no início do nosso trabalho no terreno (2023) e a segunda perto do seu momento final (2025).

Para o Presidente da Junta de Freguesia de Pegões:

- O território é extenso e com aglomerados urbanos bastante diferentes, no qual persistem ainda hoje problemas de saneamento urbano básico, por exemplos escolas que possuem fossas sépticas, não estando ligadas à rede de esgotos.
- Os imigrantes ocupam o que foi deixado para trás pelos filhos e netos de quem aqui habitou e não regressou, sejam os empregos na agricultura ou as habitações, algumas destas há muito tempo devolutas.
- Os mais jovens preferem ir para localidades com mais respostas comerciais, sociais e culturais, maior dinâmica a todos os níveis.

² Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro: Reorganização administrativa do território das freguesias

- O maior problema é a existência de uma Unidade de Saúde Familiar sem capacidade de resposta para a população.
- A nível de segurança também há problemas, designadamente um único posto da GNR para um território tão extenso.
- Há uma grande conflitualidade entre a população nacional e a população imigrante, a maior parte desta última é constituída por jovens e homens e há questões de género que se colocam. A população afirma haver por parte dos imigrantes falta de respeito pelas mulheres (as mulheres mais velhas, com medo, deixaram de fazer as suas caminhadas ao fim da tarde).
- A sobrelotação das casas é notória (há 30 pessoas a morar onde deveriam caber 4 ou 5) mas já a extravasa e nota-se na rua, na qual os imigrantes passam uma parte significativa do seu tempo. Nem todos os imigrantes trabalham na zona, há carrinhas que os vêm buscar para outros lugares e estão aqui apenas pela habitação.
- A empresa de resíduos urbanos quis recusar ir a Pegões e Canha recolher o lixo pois era em excesso para os contentores existentes, para além de não se verificar a separação dos resíduos.
- Há estabelecimentos comerciais pertencentes a imigrantes, designadamente barbearias e lojas de produtos alimentares. Considera que também há culto religioso muçulmano, nomeadamente uma mesquita “informal”.
- Não há estratégias de intervenção ou relação com a população imigrante. Houve uma reunião com empresários para alertar para o trabalho ilegal e aguarda-se a criação do centro local de apoio ao imigrante.
- A ligação por transportes públicos melhorou, mas não é boa, existem apenas dois comboios por dia e nenhum é do tipo rápido (Intercidades).

(EPJFP)

No que respeita a Canha e à perceção do Presidente da Junta de Freguesia sobre a população imigrante que habita no território, destacamos os seguintes aspetos:

- População imigrante razoavelmente integrada, sendo os grupos desportivos um fator facilitador de interação entre culturas, destacando-se o futebol como modalidade desportiva preferencial.
- Contudo, verifica-se alguma diferença de culturas na forma como as pessoas se integram no território. Por exemplo, a comunidade brasileira que se junta em privado e apenas se mistura com outros grupos e culturas em eventos locais.
- Atendendo a que uma parte substancial dos imigrantes em Canha estão com as suas famílias, a integração fica bastante facilitada.
- Algumas mulheres imigrantes trabalham no terceiro setor, designadamente na Santa Casa da Misericórdia de Canha ou na Casa do Povo, no apoio domiciliário a idosos.
- Por sua vez, os homens trabalham essencialmente na agricultura e pecuária, por exemplo, em estufas ou na avicultura, e outros empregos. Tipicamente em empregos marcados pela sazonalidade e onde há uma certa divisão funcional por nacionalidades,

como por exemplo, nepaleses para floricultura ou os mexicanos para a pecuária. Não trabalham necessariamente em Canha, embora habitem em Canha, já que as empresas têm transportes para os levar, nomeadamente para a Comporta, Vila Nova de Mil Fontes, etc.

- As crianças que frequentam a escola são de diversas nacionalidades, tendo sido mencionadas na entrevista, a título de exemplo, a brasileira, a indiana, a chinesa e a ucraniana. As crianças estão integradas na escola, contribuindo também para a integração dos pais e facilitando a aprendizagem da língua portuguesa.
- Em termos habitacionais, algumas pessoas imigrantes estão a comprar casa e outras a alugar. Habitam frequentemente em casas térreas ou em armazéns com poucas condições de habitabilidade, onde se juntam várias pessoas para minimizar o esforço da despesa com a habitação, dados os elevados preços praticados.
- Ao nível da saúde e ao acesso aos serviços relacionados, verifica-se que a maioria das pessoas imigrantes que vão aos centros de saúde são aquelas que já têm a sua situação regularizada.

(EPJFC)

A estas perspetivas, questões e problemas regressaremos ao longo deste relatório, aprofundando e confrontando as diferentes visões recolhidas sobre o território e os seus problemas junto das diferentes populações e instituições.

2 Demografia e impacto da imigração nas freguesias de Canha e União das freguesias de Pegões

Pretende-se, neste ponto, realizar uma caracterização quantitativa da população imigrante do Montijo traçando, sempre que possível, um retrato comparativo entre os dois períodos censitários de 2011 e 2021. Serão apresentados dados sobre a população residente no concelho do Montijo, desagregada por freguesias. Os dados serão desagregados por sexo, zona geográfica de origem, motivos da imigração, grupo etário e escolaridade.

Em termos de população residente, a Tabela 3 apresenta dados comparativos sobre a população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal, na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e no Concelho do Montijo, desagregados por freguesias. Com base nos dados foi calculada a variação percentual ao longo desse período.

Tabela 3 - População residente de nacionalidade estrangeira em 2021 e em 2011 no Montijo por freguesias

Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013)	2021	2011	variação
Portugal	542165	394496	37,43%
AML	254280	203565	24,91%
Montijo	5581	3285	69,89%
Canha	183	104	75,96%
Sarilhos Grandes	310	366	-15,30%
União das freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia	390	250	56,00%
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	3837	2262	69,63%
União das freguesias de Pegões	861	303	184,16%

Fonte: Adaptado de INE Censos 2021 (<https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011627>)

Nota 1: Metainformação (https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0011627&lingua=PT)

Nota 2: Taxa de variação=Valor Final - Valor Inicial/Valor Inicial ×100

Em 2021, Portugal tinha 542.165 residentes estrangeiros sendo que 254.289 residiam na AML e 5.581 residiam no concelho do Montijo. Os números de residentes estrangeiros aumentaram entre 2011 e 2021, sendo possível identificar um aumento da variação da imigração em 37,43% em Portugal, com a variação na AML inferior à variação nacional (24,91%). Ainda assim, o concelho do Montijo apresenta uma taxa de variação superior à nacional, com um aumento de 69,89% residentes estrangeiros, no mesmo período. Neste concelho destaca-se a União das Freguesias de Pegões, onde a taxa de variação no que respeita à população estrangeira aumentou 184,16% de 2011 para 2021, seguindo-se a Freguesia de Canha onde o aumento foi de 75,96%.

A Tabela que se segue apresenta a percentagem da população residente de nacionalidade estrangeira, comparando o período de 2011 e de 2021.

Tabela 4 - Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Total, 2011, 2021

Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013)	2011-Total	2021-Total
Portugal	3,73	5,24
Área Metropolitana de Lisboa	7,21	8,86
Montijo	6,41	10,02
Canha	6,16	11,69
Sarilhos Grandes	10,69	9,56
União das freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia	4,92	7,25
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	6,1	9,27
União das freguesias de Pegões	7,74	21,05

Fonte: INE Censos 2021 (<https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011647>)

Nota: Metainformação (https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0011647&lingua=PT)

Verifica-se um aumento da população estrangeira residente em Portugal e um aumento na AML superior ao verificado em Portugal. Constata-se que no Concelho do Montijo a proporção de população residente de nacionalidade estrangeira também aumentou entre 2011 e 2021, sendo Pegões (21,05%) e Canha (11,69%), as freguesias que concentram maior percentagem de população estrangeira.

A população estrangeira residente no Montijo, numa análise por sexo, evidencia uma predominância do sexo masculino. De ressaltar que em Portugal e na AML se verifica uma maior proporção de mulheres estrangeiras em relação aos homens, com uma taxa de feminização de 104,2 e 107,2 respetivamente. No Montijo identifica-se, em geral, uma tendência contrária, com uma taxa de feminização de 87,2. Destacam-se a freguesia de Canha e a União de Freguesias de Pegões, com taxas de feminização de 52,5 e 35 respetivamente, reveladora de uma população imigrante predominantemente masculina.

Tabela 5 - População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Total, Estrangeira, Sexo

Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013)	Estrangeira	H E	M E	TX FEMINIZAÇÃO
Portugal	542165	265572	276593	104,2
Área Metropolitana de Lisboa	254280	122734	131546	107,2
Montijo	5581	2980	2601	87,2
Canha	183	120	63	52,5
Sarilhos Grandes	310	181	129	71,2
União das freguesias de Atalaia e Alto EstanqueiroJardia	390	208	182	87,5
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	3837	1833	2004	109,3
União das freguesias de Pegões	861	638	223	35

Fonte: Adaptado de INE Censos 2021 (<https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011627>)

Nota: Meta informação (https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0011627&lingua=PT)

Legenda: H-Homens H E-Homens Estrangeiros M- Mulher M E- Mulheres Estrangeiras

Taxa de feminização = (número de homens: número de mulheres) × 100

A análise da tabela seguinte apresenta uma população imigrante heterogénea em termos de proveniência geográfica, com as pessoas oriundas de vários continentes, mas com predominância de pessoas oriundas do continente americano.

O Montijo encontra-se em linha com a tendência geral, mas com um número igualmente significativo de população estrangeira proveniente da Ásia, quando comparamos com a tendência nacional.

Tabela 6 - Distribuição geográfica no concelho da população residente de nacionalidade estrangeira em 2021 por continente (%)

Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013)	Europa	África	América	Ásia	Outros
Portugal	28,75	17,99	41,03	12,09	0,17
Área Metropolitana de Lisboa	20,60	27,78	38,77	12,75	0,13
Montijo	26,43	13,46	37,79	22,29	0,05
Canha	20,22	2,19	29,51	48,09	0,00
Sarilhos Grandes	61,94	6,77	16,45	14,84	0,00
União das freguesias de Atalaia e Alto EstanqueiroJardia	47,95	4,87	21,79	25,38	0,00
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	23,98	17,90	47,80	10,27	0,08
União das freguesias de Pegões	16,14	2,32	9,87	71,66	0,00

Fonte: Adaptado de INE Censos 2021 (<https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011627>)

Nota: Metainformação (https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0011627&lingua=PT)

Salienta-se que na União das Freguesias de Pegões, cerca de 72% da população estrangeira residente é oriunda de países asiáticos. O mesmo sucede na Freguesia de Canha, com 48% da população originária deste continente. Este valor é muito superior ao identificado no Concelho do Montijo, na AML e no país. Em Portugal, em 2021, a população residente de nacionalidade estrangeira tinha uma predominância americana (sobretudo Brasil), europeia, africana e só depois asiática, ao contrário do que acontece no Montijo.

No que respeita às motivações para imigrar, verifica-se que o “retorno após período de emigração” o “trabalho” e a intenção de “estabelecer residência” lideram as intenções dos imigrantes em Portugal e na AML.

Tabela 7 - Principais motivos de entrada da população residente que entrou em Portugal após 2010, por freguesias do Montijo em 2021 (n)

Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013)	Portugal	AML	MONTIJO	A	B	C	D	E
Total	807562	295054	6182	169	273	413	4479	848
Trabalho	102861	43821	1528	82	112	132	709	493
Educação e formação	54817	26304	369	5	11	14	319	20
Reunificação familiar ou formação de família	96116	40719	800	9	26	50	649	66
Saúde ou tratamento médico	14703	6874	90	1	3	7	79	0
Estabelecer residência	122639	43675	864	24	31	45	737	27
Situações de violência ou de violação de direitos humanos no país de origem	7577	1309	25	0	1	0	17	7
Outro motivo	205196	85081	1590	40	47	96	1216	191

Legenda

A - Canha

B - Sarilhos Grandes

C - União das freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia

D - União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro

E - União das freguesias de Pegões

Fonte: INE Censos 2021 (<https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011701>)

Nota: Metainformação (https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0011701&lingua=PT)

As motivações para imigrar da população imigrante residente no Concelho do Montijo estão em linha com as apresentadas no computo geral para Portugal e na AML, embora seja predominante a motivação relacionada com o trabalho.

No que respeita à composição demográfica da população residente de nacionalidade estrangeira por grupos etários no concelho do Montijo, verifica-se, na tabela 8, um número superior de população jovem (13,94%; 0-14 anos) e, também, da população em entre os 25 e 64 anos que corresponde a 68,59%, quando comparado com Portugal e com a AML.

Tabela 8 - Distribuição da população residente de nacionalidade estrangeira em 2021 por grupo etário no Montijo por freguesias (%)

Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013)	0-14	15-24	25-64	>=65
Portugal	12,06	13,03	66,41	8,50
Área Metropolitana de Lisboa	12,38	13,85	68,10	5,67
Montijo	13,94	14,67	68,59	2,80
Canha	11,48	13,11	70,49	4,92
Sarilhos Grandes	9,68	11,94	75,16	3,23
União das freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia	11,54	12,82	73,85	1,79
União das freguesias de Montijo e Afonsoeiro	16,18	14,80	65,68	3,34
União das freguesias de Pegões	7,08	16,26	76,42	0,23

Fonte: Adaptado de INE Censos 2021 (<https://tabulador.ine.pt/indicador/?id=0011627>)

Nota 1: Metainformação (https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0011627&lingua=PT)

Nota 2: com #3: 0 - 4 anos-Estrangeira/Estrangeira * 100

A União das freguesias de Pegões apresenta a maior proporção de população estrangeira com idade entre os 25 e 64 anos (76,42%). Sarilhos Grandes (75,16%), Atalaia e Alto Estanqueiro/Jardia (73,85%) e Canha (70,49) possuem também elevada percentagem de população estrangeira residente nesta faixa etária.

No que respeita à população estrangeira matriculada nas escolas do Montijo, verifica-se, a partir do Gráfico 1, uma evolução ascendente de população estrangeira matriculada entre 2017/2018 e 2021/2022. Numa análise por sexo, verifica-se que em 2017/2018 existia um número superior de mulheres/raparigas matriculadas e a partir do ano letivo 2018/2019 a tendência inverteu-se, passando a serem mais os homens/rapazes matriculados.

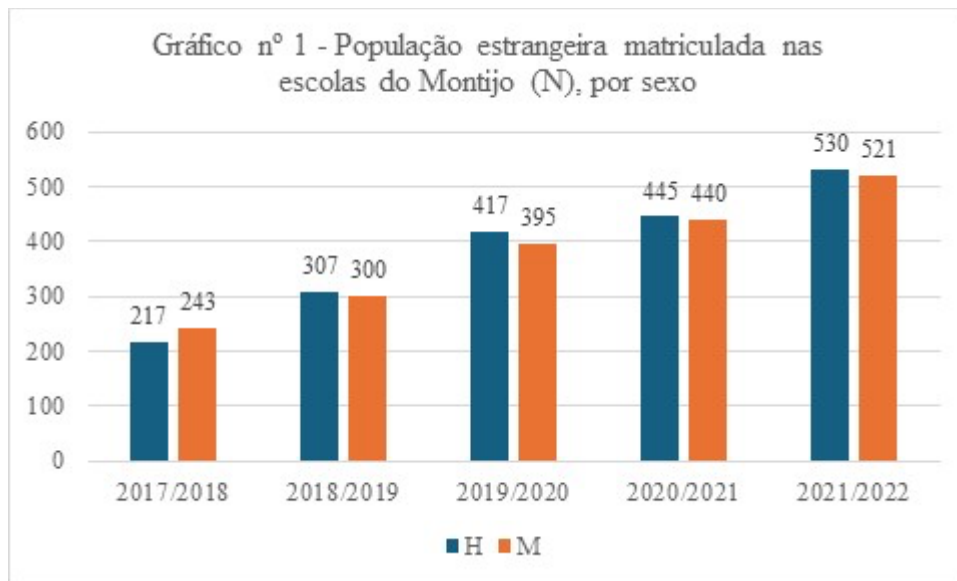


Gráfico 1 - População estrangeira matriculada nas escolas do Montijo (N), por sexo

Fonte: CESIS, 2024 - Diagnóstico Social do Concelho do Montijo

Na análise de população estrangeira matriculada por ciclo de estudo, o Gráfico 2 permite identificar um considerável aumento de estudantes matriculados nas escolas do Montijo, com destaque claro para o primeiro ciclo. Esta evolução está em linha com o aumento da população estrangeira no Concelho, e revela os desafios colocados às escolas na gestão da diversidade social e cultural da população escolar.

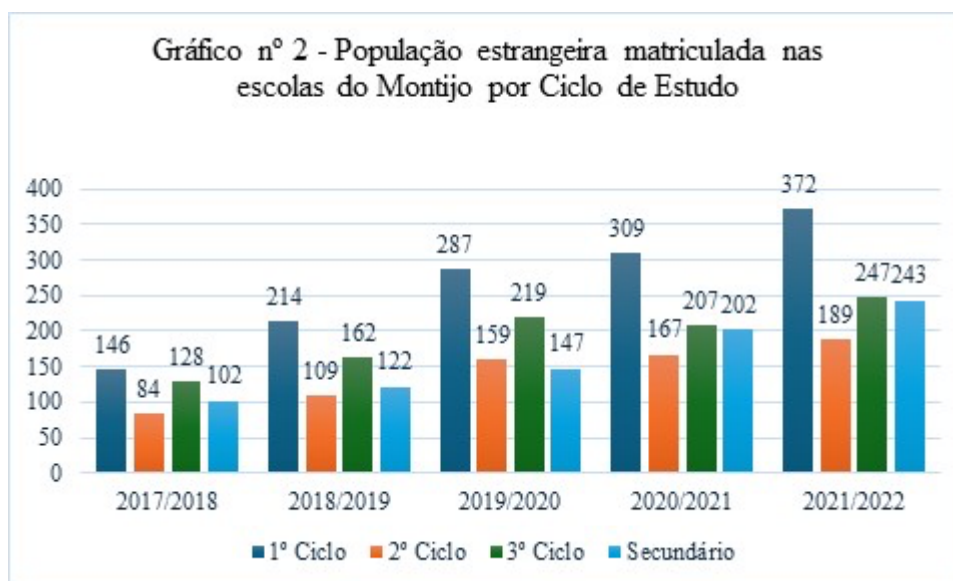


Gráfico 2 - População estrangeira matriculada no Montijo por ciclo de estudo

Fonte: CESIS, 2024 - Diagnóstico Social do Concelho do Montijo

Conclui-se, em termos gerais, que o concelho do Montijo acompanhou o aumento da população estrangeira residente, tendo por referência o período Censitário entre 2011 e 2021, sendo a variação de população estrangeira residente superior à Nacional e à AML. As freguesias de Canha e a União de Freguesias de Pegões são as que conhecem uma maior proporção de população estrangeira residente por comparação à população portuguesa. Nestas freguesias a população de imigrantes é sobretudo masculina, em idade ativa e tem no trabalho a principal motivação para imigrar.

Os dados relativos a 2023 da responsabilidade da AIMA dão nota de um crescimento muito elevado, cifrando-se o total de estrangeiros residentes em Portugal em 1.044.606. O grau de desagregação não permite quantificar o crescimento nem na AML nem no concelho do Montijo (AIMA, 2024). O relatório intercalar da AIMA relativo a dezembro de 2024 reforça ainda mais o crescimento referido, passando os estrangeiros a ser, pelo menos, 1.546.521 (AIMA, 2025), não sendo possível com os dados a que tivemos acesso desagregar para a AML e para o concelho do Montijo.

Em linha com o crescimento da população estrangeira, entre 2017/2018 e 2021/2022 verificase um aumento contínuo da população escolar, sobretudo no primeiro ciclo.

3 Caracterização multicultural e intercultural dos Territórios de Canha e Pegões

De realçar que “cerca de 34 milhões de habitantes da União nasceram fora da União Europeia (UE) (cerca de 8% da população da UE) e 10% dos jovens (15-34 anos) nascidos na UE têm pelo menos um progenitor nascido no estrangeiro” (EU, 2020, p.2). Portugal durante décadas foi um país de emigração, tendência que só se inverteu e consolidou após a pandemia (SARSCOV-2). Ginicolo (2021) assinala quatro fases de fluxos migratórios para Portugal, um primeiro logo a seguir ao 25 de abril de 1974 de cidadãos oriundos das ex-colónias portuguesas, fruto das convulsões sociais desses países, alguns com guerras civis prolongadas. A partir da integração na União Europeia (1986), um segundo fluxo; o país passa a ser procurado por outros cidadãos europeus e assiste-se ao aumento significativo de cidadãos brasileiros (por vezes em trânsito posterior para outros países europeus). A queda do Muro de Berlim, em 1989, gerou a afluência de cidadãos do leste europeu, um terceiro fluxo. A diferença destes imigrantes prende-se com a ausência do domínio da língua portuguesa, alguns deles crianças e jovens que se integraram nas escolas portuguesas. O quarto período, já no século XXI, é oscilante, com decréscimos e aumentos da imigração e, só após o término da pandemia (2020), com uma tendência crescente e que se parece consolidar. Neste fluxo ganha destaque a imigração oriunda do Brasil e do Sudoeste Asiático. Contudo, sublinha-se que, em cada 10 estrangeiros residentes em Portugal, 2 são provenientes de um estado-membro da UE e 8 são provenientes de países fora da UE. Porém, aos cidadãos da UE é mais comum associar-se o estatuto de estrangeiro do que de imigrante. Por exemplo, apesar dos dados (PORDATA, 2023) indicarem que a segunda maior comunidade representada em Portugal é a Britânica (6%), esta não é a perceção comum no país e tão pouco são publicamente entendidos como uma comunidade imigrante. Segundo a mesma fonte, as comunidades mais representadas são a brasileira (29,3%), britânica (6%), cabo-verdiana (4,9%), italiana (4,4%), indiana (4,3%) e romena (4,1%).

Assinala-se em Canha e Pegões os mesmos fluxos migratórios que se verificaram no restante território português, ainda que só neste último período, após a COVID 19, se verifique um alinhamento e até superação do volume da imigração a nível nacional. De salientar ainda uma diferença, segundo alguns dos interlocutores que ouvimos: a imigração brasileira não tem aqui tanta expressividade quanto a nível nacional. Num dos FG que realizámos (Sociedades Recreativas) é exatamente traçado por um dos interlocutores a realidade dos fluxos migratórios no território.

“Há 15 anos tivemos um fluxo migratório de romenos, embora não tão grande como este. Eles foram-se instalando, mais ou menos, nas mesmas zonas. Vinham, como vêm todos, à procura de melhores condições, mas tinham uma maior facilidade com a língua do que estes novos imigrantes. Isto apesar de beberem bastante e, por vezes, causarem bastantes desacatos, não apenas entre eles, mas com pessoas que já cá estavam. Este

fluxo migratório também teve a ver com uma recuperação da agricultura, tendo como base a participação em Projetos Europeus. Houve muita instalação de novos agricultores e até foi quando surgiu na freguesia novas produções, tais como framboesa e mirtilos. Depois temos este fluxo mais recente que deve ter pouco mais de 5 anos. Os romenos começaram a voltar aos seus países de origem.” (FGPSR)

Apresentamos, seguidamente, os dados recolhidos junto da população imigrante, população nacional e representantes de várias instituições da comunidade. De salientar que os dois FG constituídos integraram em Canha maioritariamente mulheres (4 mulheres/2 homens) e em Pegões maioritariamente homens (4 homens/1 mulher), sendo que todos eram originários do sudoeste asiático (Nepal, Índia, Bangladesh) e, em termos religiosos, todos se assumiram como Hindus ou Budistas. Nestes países do sudoeste asiático há, também, praticantes das religiões muçulmana e sikh e assinala-se a sua presença entre a população imigrante de Canha e Pegões, mas não parecem frequentar os cursos de PLA ou, pelo menos, nenhum se voluntariou para o FG. A entrevista decorreu em português e inglês, e quando nem uma, nem a outra eram compreendidas, houve em cada grupo, um interlocutor com maior domínio da língua portuguesa que traduziu para as línguas maternas dos participantes. Ainda assim, algumas perguntas não foram muito claras, não obstante os esforços mútuos de entendimento.

Efetuuou-se a análise das diversas entrevistas e FG realizados, cruzando, sempre que possível, a informação obtida de várias fontes. Evidenciaram-se os temas mais pertinentes, quer em resposta às questões colocadas, quer introduzidos de forma espontânea pelas participantes nos FG. Faz-se de seguida, sucintamente, uma abordagem da informação recolhida relativamente a cada tema, destacando-se, sempre que tal fizer sentido, um ou mais testemunhos recolhidos.

3.1 Motivos migratórios

O tempo de permanência dos imigrantes entrevistados e a residir em Pegões ou Canha varia entre dez meses e sete anos.

Para cerca de metade dos entrevistados este não foi o primeiro país europeu em que estiveram: no FGPI referiu-se os Países Baixos, a Alemanha e o Luxemburgo como países da UE em que residiram anteriormente - mas a renovação do visto de trabalho tornou impossível a permanência. A outra metade apenas conhece Portugal como destino de imigração. A atração pelo país resulta diretamente da facilidade que tiveram em conseguir um visto para permanecer no território, sendo isso que lhes possibilita arranjar trabalho. Algumas das mulheres imigrantes mais jovens também vieram por motivos de reagrupamento familiar, ou seja, maridos e/ou pais já cá estavam. A maior parte, contudo, está em Portugal sozinha (assinalámos apenas um par pai/filha e um casal) e a restante família está nos países de origem.

“O pai dela já cá trabalhava e ela veio para Portugal ao cuidado do pai. Ela também já está a trabalhar. Comigo, foi parecido à C. Antes, estive na Alemanha e quando não consegui assegurar mais o visto para estadias maiores lá, vim para Portugal. Alguns dos meus amigos aconselharam-me a fazê-lo.” (FGCI)

Curiosamente nenhum deles trabalhou em Portugal noutras localidades; vieram diretamente para Canha/Pegões, sendo que alguns já estiveram numa das freguesias e agora estão na outra.

3.2 Economia, trabalho, emprego

Em Canha, as mulheres trabalham na Santa Casa da Misericórdia, no Lar ou no Centro de Dia, desempenhando as tarefas de auxiliares de apoio à população idosa, enquanto um dos homens também desempenha aí funções, mas a nível de segurança e apoio às instalações. O casal presente trabalhava nas estufas de flores. Em Pegões a agricultura é o setor dominante, não se assinalando outro tipo de trabalho. Contudo, em Pegões, um dos imigrantes com menos tempo de estadia na localidade não tinha conseguido ainda um trabalho, nem no setor agrícola, e revelava ansiedade e algum mau estar face a uma expectativa que lhe tinha sido dada e saíra gorada. A sazonalidade do trabalho na agricultura é o fator mais temido, o que ocasiona que podem ou não estar a trabalhar durante um ano de permanência.

Os contratos de trabalho são temporários, ou seja, a termo certo, nenhum deles tinha outro tipo de contrato, embora em ambos os FG houvesse um imigrante com mais tempo de permanência com essa expectativa face ao atual empregador. Sem isso ter sido com clareza referido, foi óbvio que havia um contacto privilegiado nestas freguesias que agia como facilitador, mas não foi possível saber se isso se fazia com alguma contrapartida monetária ou outra. Embora não sejam os imigrantes a referi-lo, há efetivamente situações de abuso, tendo sido um dos empresários a testemunhá-lo:

“A realidade dura é que há muitos que estão a viver dependentes desses angariadores. Para terem noção, eles pagam 20 a 30 mil euros para ajudar uma pessoa indiana, ou doutro país, a virem para cá, quer seja para viverem aqui legal ou ilegalmente. Eu já cheguei a conseguir separar pessoas que estavam literalmente obrigadas a trabalhar para alguém e não tenho noção de quantos mais casos assim devem existir. Já tive de separar pessoas que traziam para Portugal 4 ou 5 migrantes e os obrigavam a trabalhar para eles. Eram literalmente escravos e não há fiscalização.” (FGPPA)

Os imigrantes identificam mais a sazonalidade como um problema:

“Quando existe trabalho, o contrato está em funcionamento. Quando não existe trabalho por fazer, o contrato termina. Se desempenharmos bem as nossas funções, a empresa chama-nos novamente quando tiver trabalho.” (FGPPI)

Embora muitos destes imigrantes já trabalhassem na agricultura nos seus países, alguns fizeram-no pela primeira vez em Portugal, sendo notório que não conseguem encontrar trabalho noutros setores.

“Nós procuramos outros trabalhos, mas não conseguimos encontrar. Eu tento procurar oportunidades no meu ramo, mas, como não consigo, a minha última alternativa é ir para a agricultura.”(FGPPI)

Quando questionados acerca dessa dificuldade em obter trabalho, noutras áreas, referem a falta de domínio da língua portuguesa como a principal barreira:

“A minha primeira escolha, se pudesse, seria em mecânica. Eu tenho experiência em carros. Aqui, o meu problema é o inglês que não é tão bom e não sei falar bem português. Preciso de aprender primeiro. No meu país, era mecânico.”(FGPPI)

“Outra coisa que não referi é que na agricultura nós não precisamos da língua. Por isso é que a maioria dos migrantes trabalha na agricultura. Se fôssemos para um restaurante, seria mais difícil. Precisávamos da língua. Alguns dos migrantes conseguem trabalhar em restaurantes nepaleses, por exemplo, mas também não estão satisfeitos. Eles não recebem bem, trabalham mais horas e não têm contratos. Às vezes, não pagam a horas.”(FGPPI)

Embora a agricultura seja o setor económico preponderante, há também quem trabalhe noutros setores, nomeadamente, como motoristas em plataformas de TVDE, usufruindo destas localidades rurais apenas como dormitório (FGPSR).

3.3 A Relação dos imigrantes com o(s) território(s)

A relação com o país e com estes territórios em particular é muito instrumental, o trabalho é a prioridade e como tal ficarão onde ele existir, e a facilidade em obter um visto de trabalho é o que lhes é essencial. Contudo, assinalamos pequenas diferenças entre o que nos foi transmitido em Canha e em Pegões, pois algumas mulheres imigrantes em Canha assinalavam a ruralidade como um traço comum com o Nepal que lhes agradava pela tranquilidade proporcionada. Uma das imigrantes de Canha refere:

“É um país ameno, parecido com o Nepal. Não faz muito calor, nem muito frio. É o ideal para vivermos.”(FGCPI)

Mas a maior parte das pessoas imigrantes auscultadas identifica-se com o testemunho seguinte:

“Eu vivo aqui porque é melhor que o meu país. A segurança, as leis, as regras e as oportunidades são melhores. É fácil e bom para mim. Aqui eu tenho trabalho e estou bem. Se fosse para outro país, teria de trabalhar igual.”(FGPPI)

Quanto questionados acerca da relação com os portugueses, referem-nos, em geral, como “boa gente” e “acolhedores”, fazendo questão de referir a ausência de problemas ou conflitos; ainda assim há quem acrescente alguma coisa um pouco diferente:

“Mas alguns são diferentes e, principalmente, as pessoas mais velhas tratam-nos diferente. Também não existe muito convívio. No trabalho não sentimos nada de rejeição.”(FGPPI)

É notório, em ambos os FG, que só há comunicação com a população portuguesa no trabalho e, tratando-se do setor agrícola, às vezes nem isso. Referem que a principal barreira é linguística, mas acrescentam outras que os fazem não frequentar os mesmos lugares que os portugueses (como cafés ou restaurantes), nomeadamente as diferenças alimentares. Não referem outros hábitos culturais ou religiosos como fatores de distanciamento.

3.4 Identidade Cultural

Todos os imigrantes entrevistados mantêm a identidade cultural do país de origem, não se registando qualquer tipo de aculturação a nível de hábitos religiosos, rotinas ou de alimentação. Mas a distância destas localidades de Lisboa ou Setúbal dificulta as práticas religiosas e as celebrações nos locais de culto, referindo a ausência de práticas organizadas na comunidade. A nível do vestuário usado, não assinalamos qualquer diferença face ao vestuário usado por população jovem ou adulta portuguesa (relembrando não haver praticantes da religião muçulmana ou sikh presentes nos FG). Referem ter saudades dos seus países e sobretudo da família, pois, como são homens jovens, referem ter filhos pequenos que estão a cargo das mulheres no país de origem. A vontade de reagrupamento familiar foi evidente, assinalando-se mais o desejo da família vir para cá do que do regresso, como evidencia este testemunho:

“Para mim, foi uma decisão difícil vir para cá. Sou filha única e eles não queriam que eu viesse. Mas foi algo que eu precisava de fazer. Espero que consiga trazê-los para cá muito em breve.”(FGCPI)

Entre os imigrantes presentes também não há qualquer conflitualidade cultural, parecendo haver mais semelhanças do que diferenças e as afinidades parecem cruzar os países em presença. Os imigrantes auscultados, todos hindus, admitem práticas de outros cultos religiosos, nomeadamente muçulmano, mas não foram emitidos quaisquer comentários que nos permitissem aferir algum tipo de problema no interior da própria comunidade imigrante de origem asiática, nem com comunidades com outras origens geográficas.

3.5 Educação

O Agrupamento de Escolas de Pegões possui uma escola sede de 2.º e 3.º Ciclos em Pegões, assim como pré-escolar e 1.º Ciclo em várias outras localidades da freguesia (Afonso, Craveiras, Pegões Velho, Pegões Gare) e inclui também escolas que se situam em Canha (Fors do Trapo e Canha). Já foram, contudo, dois agrupamentos distintos, mas com a institucionalização do decreto-lei 115.º/98, a tendência foi a de formar agrupamentos verticais. Nas palavras da Diretora, tem sido um agrupamento sujeito a algumas oscilações demográficas; chegou a ter cerca de 800 alunos mas, nos últimos dez anos, estava em decréscimo, até à onda imigratória pós-pandémica (2020) ter resultado num crescimento que, por ora, se faz sentir sobretudo nos níveis de ensino Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico (mais notório na Escola Básica de 1.º Ciclo de Canha), embora nos outros níveis de ensino também se registre algum crescimento e frequência de alunos imigrantes.

“Afonso chegou a ter só uma turma e, neste momento, tem duas turmas. E o Pré-escolar em Canha chegou a ter muito poucos alunos, esteve quase para não abrir. Felizmente, esta questão tem-se gerido muito bem e tem sido pacífica. Entre eles, às vezes, há alguns desacatos.” (EPDAE)

A Diretora refere, porém, que há muitas crianças que já nasceram em Portugal e dominam a língua portuguesa:

“Muitos já cá nasceram. Cerca de 20% da população é considerada estrangeira, mas muitos alunos já cá nasceram. Os pais é que são estrangeiros. Tando que não temos muitos alunos de língua portuguesa não-materna. Há alunos que têm de ter esse apoio porque não dominam a língua, mas não são muitos. Agora, temos alunos no pré-escolar e no 1.º ciclo que não nos dão chatices nenhuma. Sentimos que estão perfeitamente integrados.” (EPDAE)

Menciona ainda como comunidades prevalecentes a comunidade brasileira, seguida das várias comunidades de origem do Sudoeste Asiático (Índia, Nepal, Paquistão, Bangladesh...) e, depois, uma variedade de origens muito diversificadas, como, por exemplo, da Roménia ou do México, não tendo na entrevista referido estudantes com origem nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

A sua visão da integração das crianças na escola é muito positiva, referindo sobretudo percursos de sucesso. Porém, no que diz respeito aos adultos tem uma perspetiva algo diferente, referindo que, por não dominarem a língua portuguesa, não se inscrevem nas ofertas formativas e há dificuldades de relação e de comunicação. Assinala que, por vezes, se verificam ajuntamentos de adultos jovens junto às escolas, com alguma conflitualidade, e que isso desagradava à população local. Há acusações de consumo de bebidas alcoólicas e de desacatos em consequência, mas são dados impossíveis de verificar ou de provar. Os imigrantes que ouvimos referiam que as escolas eram locais em que nas proximidades se

tornava possível aceder à Internet de forma gratuita, sendo essa a razão do seu ajuntamento no local (designadamente, realização de chamadas via WhatsApp para os seus países).

Um dos aspetos interessantes é que, apesar de reconhecer a importância do domínio da Língua, não considera esse o único fator de integração e de relação positiva com a escola, dando o exemplo de uma família brasileira com quem a relação foi especialmente complexa, assim como a dificuldade desta comunidade em aproveitar os apoios prestados aos estudantes quando estes evidenciam problemas de sucesso escolar. Também há diferenças entre os países do sudoeste asiático; é referido que, em geral, as crianças de origem indiana têm uma escolaridade condizente com a sua idade, enquanto para as crianças oriundas dos outros países do Sudoeste Asiático, isso já não se verifica tanto. Relativamente às crianças de origem brasileira, a variabilidade está mais relacionada com a região da qual são originárias, fator que normalmente não é tido em conta, mas é importante dada a dimensão do país.

A Diretora realça ainda a importância dos clubes escolares para a integração e a boa experiência que a escola tem tido com o Clube Europeu, no qual menciona a presença de imigrantes indianos. Ainda no que diz respeito aos estudantes oriundos desse país, refere, em geral, o bom acompanhamento dos pais, e, em particular, dois casos de estudantes raparigas, uma que aprendeu bem a língua portuguesa, tendo completado com muito sucesso um curso secundário a nível profissional e outra, atualmente no 6.º ano, que tem recebido vários prémios de mérito escolar (considera que está no TOP 5 dos melhores alunos/as da escola). Contudo, refere que é o pai e não a mãe a estabelecer o contacto com a escola e a participar nas reuniões ou, se a mulher vem, é sempre na companhia do homem e manifesta-se pouco. Em termos religiosos, refere não ter muito conhecimento das práticas destas comunidades, pois não são muito visíveis, apenas uma criança usa véu. No entanto, nos eventos que a escola vai realizando com enfoque na Multi/Intercultural, são demonstradas algumas práticas culturais, referindo, por exemplo, a “pintura das mãos” e o “culto do chá”. Afirma que há uma consciência crescente da mudança das características demográficas do concelho e que, lentamente, se está a tomar consciência da diversidade cultural nas escolas.

Os imigrantes, não tanto os adultos jovens cuja relação com a escola é diminuta, mas aqueles que já são pais, reconhecem este esforço de integração da escola, como se pode verificar pelo testemunho seguinte:

“A escola funciona muito bem. Tenho dois filhos a estudar, um na escola de Canha, no 5.º ano. É muito bom porque os meus filhos aprendem a falar muito bem português. O meu filho pequenino tem 4 anos e começou agora a falar algumas palavras como “bom dia” e “boa tarde” e ficamos muito contentes” (FGCPI).

De salientar que, em geral, pareceu-nos que os imigrantes mais escolarizados não sabiam como efetuar o reconhecimento das suas habilitações, e as baixas expectativas relativamente a conseguirem empregos em áreas mais consonantes com as mesmas, não os motiva a tal. Mas assinalámos uma professora do 1.º Ciclo do Ensino Básico e um finalista de Gestão nos grupos de entrevistados, sendo que a maior parte estava a estudar no ensino secundário

quando saiu do país. Quando questionados sobre aspetos formativos que os conduzissem a alguma profissão, referem a cozinha/pastelaria e a fotografia (FGCPI). O agrupamento de escolas não oferecia cursos de Português - Língua de Acolhimento³, estando esta resposta a ser organizada pela Associação para o Ensino Profissional e Desenvolvimento do Montijo que possui um Centro Qualifica; esta resposta, também abrangida no âmbito do PRR, contou com a parceria de outras instituições como a Santa Casa da Misericórdia de Canha. Não obstante o esforço desenvolvido, teve dificuldades de encontrar espaços e acolhimento junto da comunidade, principalmente em Pegões, funcionando numa pequena sala da Academia Sénior.

3.6 Habitação

Em Canha e Pegões, a maioria das habitações têm a tipologia própria dos meios rurais, rareando os prédios em altura. As novas construções são vivendas ou resultam da reabilitação legal de antigos armazéns ou habitações rústicas para fins habitacionais. Uma década atrás, as baixas expectativas face à demografia não faziam prever grandes mudanças. Se se falava em investimento a nível habitacional era numa área até aí pouco explorada, designadamente as vivendas em sistema de condomínio para atrair população de classe média ou média alta, “cansada” da cidade e disposta a usufruir de algumas condições benéficas, designadamente facilidade de estacionamento e até uma suposta reabilitação da linha de comboio (EPPJ). Contudo, o volume migratório criou uma pressão inédita, pelo que a reconversão de muitos locais que não eram usados para efeitos habitacionais e/ou de edifícios degradados e/ou abandonados constituiu um recurso abundantemente usado. Neste campo, há algumas contradições na comunidade que acolhe. Se, por um lado, há críticas da população nacional local à falta de condições das casas habitadas por imigrantes, ao seu uso indevido ou pouco cuidado, há também quem lucre com as necessidades dos imigrantes, alugando espaços que, até agora, seriam impensáveis para estes fins. É difícil a quem lucra assumir isso e a quem critica com esse oportunismo fazê-lo com frontalidade, pois é uma comunidade em que todos se conhecem e ninguém quer assumir uma conflitualidade que pode deixar marcas. Nos dois FG, os imigrantes são claros na identificação deste como um dos seus maiores problemas,

³ Os PLA são promovidos pelos estabelecimentos de ensino da rede pública, através da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), pela rede de centros de formação (centros de gestão direta e participada) do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.), e pela rede de Centros Qualifica. Foram criados no âmbito da [Portaria n.º 183/2020](#), de 5 de agosto (alterada pela [Portaria n.º 184/2022](#), de 21 de julho), visam responder às necessidades de aprendizagem da língua portuguesa junto de pessoas migrantes em Portugal.

colocando-o até primeiro que o emprego (a identificação da precaridade laboral é-lhes mais difícil, dado que não usufruem de muitos desses direitos nos seus países de origem).

“Aqui, para alugar uma casa, é preciso um papel da junta e é preciso um contrato de trabalho. E isso é difícil, as casas que encontramos é para 10 ou 15 pessoas.” (FGPPI)

“As rendas também são inacessíveis. Para além de que alguns dos sítios pedem 2 meses de contrato para conseguirmos alugar e torna-se difícil.” (FGPPI)

Existem, contudo, algumas instituições e/ou empresas que garantem esse acesso logo no contrato de trabalho, embora não seja clara a questão do desconto do valor da habitação no seu ordenado.

“Nós moramos numa casa que vinha incluída no contrato de trabalho. Quando viemos para Portugal, precisávamos de um contrato para cá ficar e casa. Conseguimos encontrar isso.” (FGCPI)

Algumas das pessoas da comunidade portuguesa assumem, não só o aluguer com alguma preocupação, como com a forma como o espaço é usado, assumindo uma postura quase pedagógica:

“Eu tive seis numa casa minha. E esses penduravam a roupa de qualquer maneira. Depois expliquei-lhes direitinho que tinham um estendal à disposição deles e que podiam estender a roupa lá e nunca mais vi roupa espalhada de qualquer maneira.” (FGPPA)

Contudo, esta relação senhorio-arrendatário não parece ser muito simples, como se antevê neste testemunho:

“Não está a resultar. O que oiço de fora é que há casos de famílias, por exemplo, que não têm condições para viver. Há casas com muitas famílias a habitar, em casos onde existe falta de higiene. E essa é apenas a minha perceção de que, de facto, algo na comunidade não tem resultado. Neste momento, tenho uma casa alugada ao meu lado para indianos. Nunca vi mulheres, apenas homens. Cumprimentamo-los e são pessoas pacatas. Mas aqui, o que realmente oiço é que existe muito esse hábito de se juntarem e consumirem muito álcool; depois deixam as latas no chão.” (EPDAE)

3.7 Saúde

A saúde é espontaneamente referida pela comunidade imigrante e nacional como um dos problemas mais relevantes. A questões como o tempo de espera por uma consulta no Centro de Saúde ou no hospital, junta-se, neste caso, à dificuldade em ter e fixar médicos em meio rural e a distância a que se situam os hospitais mais próximos (Setúbal e Barreiro-Montijo). *“Quando adoecemos e vamos ao centro de saúde, eles dizem-nos que precisamos de ter uma*

marcação primeiro, mas depois o doutor não está disponível. Quando estamos mesmo mal, vamos à farmácia.”(PGPPI)

“Eu não consigo porque, sempre que vou, pedem-me o número de utente do SNS e eu não tenho. Não sei o que fazer em relação a isso.”(PGPPI)

Um dos imigrantes refere a possibilidade de obter um número temporário de utente do Serviço Nacional de Saúde (SNS) no Hospital Público, mas parece ter sido, entre os presentes, o único a consegui-lo. Curiosamente, o imigrante que há mais tempo está em Portugal, refere que, as dificuldades com o sistema de saúde, são comuns com a população portuguesa:

“O nosso problema é que não conseguimos ter um médico de família porque, se conseguíssemos, estava tudo assegurado. Eu estou cá há sete anos e ainda não consegui um médico de família. Se alguma emergência acontece, eu não consigo vir ao centro de saúde, tenho de ir para o Hospital. É uma realidade muito má de Portugal.”(PGPPI)

É a população nacional (FGPPA) que aponta outro tipo de vulnerabilidades, relacionando as condições de vida débeis dos imigrantes, designadamente habitacionais, sobretudo em termos de higiene (por exemplo, casas sem acesso a pontos de água e outras apenas com água fria) com situações de doença. Esta relação entre as condições de salubridade das habitações e as situações de doença é muito claramente relatada por uma das intervenientes:

“Eu fui responsável pelos Censos em 2021 e, nessa altura, nós já sabíamos que em determinadas zonas tínhamos focos de população migrante. O que fazíamos era o recenseamento dos migrantes em grupo, ou seja, éramos mais do que um colaborador a fazer o recenseamento porque sabíamos perfeitamente que existiam casas com 30 pessoas, outras com 50. Dentro da freguesia, há casas com 50 pessoas e não tenho problemas em dizê-lo. E são casas em que, por norma, só há uma casa de banho ou, muitas vezes, nem isso. São casas onde os espaços em que se vive não são destinados a habitação - como em lojas, armazéns agrícolas, cafés.”(FGPPA)

Do que nos foi dado a comprovar nos dois FG com imigrantes, essas condições eram mais difíceis em Pegões do que em Canha, em que um dos participantes assumiu ter estado, muitas vezes, doente e sem acesso a consultas e mesmo a medicamentos; era, simultaneamente, o que se mostrava mais vulnerável e sobrevivia no momento graças à ajuda de outros imigrantes.

3.8 Relação entre Culturas

A população local portuguesa entrevistada em Pegões revelou, em geral, desconforto com a vinda de tantos imigrantes e não falantes de português para a localidade (este parece ser um aspeto essencial). Neste FG não foram, contudo, relatadas situações de confronto, conflito ou

criminalidade. Havia, ainda assim, alguma preocupação que se focava num receio pela descaracterização da localidade, pela falta de integração na comunidade, pelas diminutas possibilidades de diálogo e por algumas vantagens que os imigrantes viessem (ou já estivessem) a usufruir em detrimento da população local de origem (por exemplo, a concorrência para as consultas no centro de saúde ou a existência de estabelecimentos comerciais sem limites de horário de abertura).

“A imigração até está a ter mais sorte que nós. Se formos ao centro de saúde, há sempre lá imensa gente e eles estão a ser atendidos.” (FGPPA)

Embora reconhecessem que eles vinham preencher postos de trabalho em falta, havendo mesmo um empresário presente a confirmar que sem a sua presença, seria impossível ter a sua empresa agrícola em funcionamento, relatavam-se já casos de desemprego entre os imigrantes. Nos dois grupos que entrevistámos, apenas um imigrante estava em tal situação, mas era de facto o que estava há menos tempo na comunidade.

“Com a vinda de muitos imigrantes, a terra ficou descaracterizada. Por uma pessoa aqui, temos cinquenta ou sessenta imigrantes. O comércio já é mais deles do que nosso, que acaba por ser uma minoria em comparação. Eles têm mais lojas e cafés. Nunca me fizeram mal nenhum. A minha casa fica na estrada nacional que vai para o Montijo e eles passam por mim, alguns cumprimentam e outros não e eu cumprimento claro. No entanto, penso que eles vieram para cá a pensar que iriam ter uma vida boa e, na realidade, não a têm. O nosso país não está preparado para tanta migração tão de repente.” (FGPPA)

Neste FG, o desconforto da população não é revelador de agressividade; há, sobretudo, a expressão de sentimentos de pena e engodo, afirmam que os veem a viver em condições deficientes e até degradantes e que tal os incomoda. Consideram que devia haver mais proatividade na integração, mais esclarecimento cívico e uma intervenção das instituições com responsabilidades, desde a Junta de Freguesia à Polícia/GNR, como se pode perceber pelas seguintes afirmações:

“As coisas más, teria de destacar a imigração. Eu lido muito com eles, não tenho e nunca tive problemas com eles. No entanto, estão a vir desalmadamente e em condições precárias, muito, muito precárias. E é nesse aspeto que quem os traz, mas também quem os acolhe e emprega, deveriam pensar. As pessoas vêm para uma vida melhor, mas são muito enganados. Vêm iludidos e, muitas vezes, vêm por recomendações de outros migrantes. Anda aí um homem que vive cá há dois meses e não tem rigorosamente nada, nem casa nem comida.” (PGPPA)

“No outro dia, vinham 5 imigrantes: dois certos e outros três fora de mão. Eu alertei-os e eles obedeceram. Não caminham na berma. Obedeceram, mas depois voltam a fazer a mesma coisa. A GNR devia avisá-los de como andar nas estradas.” (PGPPA)

Entre este FG realizado em julho de 2024 com a população nacional e o FG com membros das várias sociedades recreativas, ocorrido cerca de 5 meses depois, passou-se do distanciamento e ausência de pontes e diálogo e da expressão de sentimentos de pena por parte da comunidade de origem portuguesa para a veiculação de ideias mais negativas, relato de situações de litigância e conflito, mais reveladora de choque cultural e rejeição, como se depreende deste testemunho:

“Tem um bocadinho de cada: população muito envelhecida, mas com alguns jovens. À semelhança do que acontece em Pegões, trabalham fora. Temos muitos migrantes de origem asiática, infelizmente até demasiado. Nós, este ano, até optámos por pedir à GNR para nos guardar as festas porque já são muitos. E como as nossas festas têm muitas pessoas jovens, sentimo-nos intimidados e tivemos de pedir esse apoio de fora.” (FGPSR)

Mesmo a ideia com a qual tínhamos ficado de não haver conflitualidade interna entre diferentes comunidades de imigrantes foi aqui posta em causa, como se depreende deste testemunho:

“A maioria são indianos e os conflitos até são mais voltados para eles. O que tenho identificado é que os indianos mandam nos nepaleses e os conflitos que assisto é nessa base. É muito complicado.” (FGPSR)

Contudo, também aqui, embora não fosse o sentimento prevalecente, houve quem manifestasse recetividade e considerasse necessária a integração e a relação entre as culturas, tendo sido focada uma festa de natureza intercultural dinamizada em Canha, à qual também aderiram sobretudo mulheres imigrantes de outras zonas deste território.

“Sim, a profissão dela era Assistente Social. Ela já não está lá, por problemas familiares. Eu ajudei-a muito e ela dinamizou essa festa muito bonita. Elas fizeram as suas pinturas, levaram bolos e mostraram a sua cultura, mas foi em Canha. Uma festa que houve em Canha na praça de touros.” (...) Eu lembro-me que nessas festas também havia aqueles pacotinhos com várias cores para atirarem. Juntou-se uma à outra. Isso foi na praça de touros, meteram lá um barzinho e convidaram a população.” (FGPSR)

Nos dois FG realizados com a população residente de origem portuguesa havia pessoas adultas, idosas e jovens, não se tendo notado diferenças significativas nas ideias expressas face à faixa etária das pessoas.

4 Imigrantes - Vulnerabilidades, problemas e potencialidades

4.1 Aspetos menos positivos

A população residente em Pegões focou muitos aspetos negativos que não se prendem especificamente com a existência da população imigrante, mas que parecem ter sido agravados pela sua presença, tais como: (i) a ausência de médicos no Centro de Saúde; (ii) a diminuta limpeza dos espaços públicos; (iii) a existência de poucos espaços comerciais (só um supermercado e pequeno para as necessidades); (iv) caixa multibanco com muitas avarias e/ou sem dinheiro. Nas zonas mais rurais do território também são referidas as necessidades de melhorias do património edificado das escolas, da limpeza das estradas e, sobretudo, de habitação com condições para tal. Nessas zonas ainda mais rurais do território, também se coloca o problema da solidão e do abandono da população mais idosa que não tem instituições que façam apoio ao domicílio ou que os transportem para a Academia e/ou Centro de Dia (sobretudo no território de Pegões).

“Um grande problema aqui é o centro de saúde, querermos um médico e não termos e termos que nos deslocar até ao privado. Para apanhar aqui uma consulta, é necessário madrugar no centro de saúde e continuamos assim e nada muda.” (FGPPA)

“Há aqui uma culpa de todos. Depois, em termos de educação, acho que é preciso um investimento nas escolas e no centro escolar, porque não existem grandes condições e, em termos de infraestruturas, estão ultrapassados. Depois, temos de variar a aposta no tipo de oferta que temos para as pessoas mais velhas. Temos aqui algumas instituições que têm desenvolvido um papel fundamental, mas ainda há muitas pessoas distantes destas oportunidades. Para começar, as respostas são limitadas ao número de pessoas que conseguem apoiar e, por exemplo, as pessoas das zonas das Faias ou de Foros Trapo, se quiserem deslocar-se até à Academia, precisam de vir pelos seus próprios meios e nem sempre é fácil.” (FGPPA)

Especificamente em relação à população imigrante, é focada a sua vulnerabilidade em termos de trabalho, pois são “presas” fáceis de redes de angariação ilegal que lhes prometem um trabalho que nem sempre existe, afirmando mesmo um dos residentes que já atuou perante condições de “trabalho escravo”. A maior parte das pessoas considerou que a balança se está a desequilibrar entre a procura e a oferta, pelo que já há imigrantes sem trabalho, mesmo precário. Contudo, a sazonalidade inerente ao trabalho agrícola parece ser o maior problema, pois há períodos de grande procura que alternam com outros em que isso não acontece. Essa situação, se nos grandes centros urbanos se dilui mais ou se confina a bairros muito específicos, aqui, dada a dimensão reduzida dos aglomerados urbanos, é muito visível nas ruas, praças ou jardins.

“Preocupa-me bastante a capacidade de integração dos migrantes porque, apesar desta não ser uma realidade nova para esta freguesia, porque tínhamos muitos imigrantes que vinham de países do Leste, é, sem dúvida, uma realidade que tem vindo a crescer muito nos últimos anos e traz diferenças culturais muito visíveis.” (FGPPA)

A ausência de pontos de contacto e comunicação entre a população nacional e a população imigrante determina um desconhecimento entre culturas, que se traduz sobretudo na rejeição

da primeira face à segunda, sentimento amplificado nesta vaga imigratória por ser população que não fala português e que não é cristã. Diferentes conceitos de higiene própria, de hábitos de conservação e manutenção dos espaços urbanos (“deitar lixo para a rua”; “não dominar os códigos de separação do lixo”,...), modos de deslocação no espaço (“seguir pelas estradas em vez de pelos passeios”...), de vestuário e penteados (“vestir roupa totalmente preta”, “não cortar a barba ou o cabelo”, “usar véu”...), de alimentação (“não comer carne”, “não comer carne de vaca”,...), consumir apenas nas lojas próprias, ajuntamentos excessivos de população em certos espaços públicos, consumo excessivo de bebidas alcoólicas na origem de alguns comportamentos desordeiros, e relação de poder e dominação por parte dos homens sobre as mulheres, são alguns aspetos referidos ao longo dos FG que provocam rejeição. Menos comuns são os relatos de acontecimentos vividos, em que há criminalidade ou violência por parte dos imigrantes, tendo havido apenas dois relatos de mulheres nesse sentido, uma mais velha e uma mais nova que apontaram comportamentos inapropriados, uma delas de conduta sexual inadequada, com queixa na polícia local (não nos tendo sido relatado qual o desfecho).

Acresce que nos dois territórios não há intervenção assinalada de associações de imigrantes que possam ser interlocutoras junto da população e instituições portuguesas. As respostas sociais tradicionais como a loja social ou o banco alimentar não são suficientemente conhecidas pelos imigrantes e há o travão da língua e do estigma na procura. A existência de um Centro Local de Apoio à população imigrante é reconhecida, mas criticada por excessivamente confinada num espaço reservado em Canha, em vez de percorrer o território e deslocar-se para outras instituições e pontos de apoio. Também é afirmado que devia permanecer sobretudo em Pegões, em que a população imigrante é, em termos de volume, o dobro da de Canha e parece estar mais desamparada em vários aspetos.

“O problema é este: ele de facto existe e está fechado na junta de freguesia e em Canha. Ora, em Canha não há imigrantes. Aqui, os técnicos deviam estar distribuídos pelas juntas e não estão. Devia haver uma cobertura em Pegões Velho, nas Faias - que é uma das zonas com mais comunidade migrante - e estão fechados. Os técnicos não podem estar fechados, deviam ser técnicos de rua. Não podem estar à espera que os migrantes vão ter com eles e lhes peçam ajuda. Todos sabem onde eles estão. Até mesmo nos casos onde existem 30 ou 40 pessoas a viver na mesma casa, nós sabemos quem são e onde estão e ninguém vai ter com eles.” (FGPPA)

“A partir do momento em que existe uma barreira linguística, uma diferença de género - porque as mulheres não são vistas da mesma forma e a maioria das pessoas com que eles lidam quando vão a uma junta de freguesia, a uma escola ou até mesmo à segurança social são mulheres -, eles também acabam por não perceber muito bem o tipo de respostas que existem. Até porque culturalmente existe uma grande diferença e isso influencia o tipo de apoio prestado. As respostas existem, mas se eles sabem exatamente onde têm de ir procurar essas ajudas já é algo que duvido muito.” (FGPPA)

A população nacional evidencia consenso em torno do discurso da “imigração controlada”, é também o seu modo de mostrar que não está fechada e que, em parte, reconhece a necessidade destes estrangeiros. Neste território, o “descontrolo” (se existe) parece estar relacionado com o trabalho agrícola sazonal, ou seja, com os períodos em os imigrantes vagueiam pelas ruas sem trabalho. Contudo, sendo os contratos de trabalho temporário legais e os que são procurados pelas empresas, pois permitem-lhes dispensar os trabalhadores em determinadas épocas do ano, aumentando a sua viabilidade e as suas possibilidades de lucro, há uma contradição que parece difícil de sanar, já que as pessoas não vão voltar por períodos curtos, dada a distância a que estão dos seus países de origem. A falta de condições das habitações em que residem potencia ainda mais esta visibilidade no espaço público. Não são nem apresentadas soluções para o problema, nem há consciência plena da contradição.

“Acho é que não é uma imigração controlada e o nosso país não estava preparado para receber tanta gente de repente. Como também não se justifica que eles tenham estes trabalhos sazonais e depois, no resto do ano, não tenham nem trabalho, nem dinheiro e comida.” (FGPPA)

O que também aqui se evidencia problemático é que, não obstante algumas das afirmações da população corresponderem a factos, outras assentam sobretudo em estereótipos ou informações pouco corretas. Por exemplo, foi-nos dito que os estabelecimentos comerciais dos imigrantes podem estar abertos ao fim de semana e os dos portugueses não, mas quando apontamos para a abertura dos centros comerciais sem esse limite horário, não nos respondem imediatamente; é compreensível que nunca tenham pensado nisso, até porque é uma realidade que lhes é distante. Não há na comunidade alguém ou alguma instituição a trabalhar na desconstrução de alguns dos estereótipos ou ideias falsas veiculadas.

4.2 Aspetos mais positivos

Um dos aspetos que considerámos mais interessante e de comunhão entre imigrantes e população nacional é um certo apreço pela ruralidade do território. A ideia de todos se conhecerem é muito referida; isso parece de certa forma querer estender-se à população imigrante quando referem famílias em concreto ou lugares em que essas famílias residem. No ideal da população portuguesa de “imigração controlada”, estes imigrantes, se fossem em menor número e viessem numa lógica mais familiar, talvez se pudesse cumprir um desígnio de integração social, não rompendo as lógicas de organização social que são conhecidas e desejadas (rotura que, em Pegões, é muito mais notória por serem em maior número e sobretudo homens). Para os imigrantes, este território parece ter pontos de contacto com certos lugares dos quais são provenientes, aproximando-os ou, pelo contrário, fazer um contraponto com grandes cidades sem condições, densamente povoadas e fortemente poluídas. Neste caso, a baixa densidade do território é um fator que joga aqui a favor e a desfavor. A favor, porque a população nacional não quer morar em grandes cidades e identifica

a sua genealogia familiar com o território (“os pais e os avós já eram daqui”); a desfavor, porque o isolamento provoca-lhes a ausência de respostas sociais importantes, sendo a saúde a mais relevante. O número de sociedades recreativas existentes no território, embora com dimensões e condições muito diferentes, pelo menos uma delas também objeto de um investimento do PRR (Cruzamento de Pegões) é notável. Um trabalho concertado ao nível da intervenção social e comunitária poderia potenciar o seu valor como polos de integração e encontro. De realçar, por exemplo, a existência de crianças imigrantes inscritas em atividades desportivas da Sociedade Recreativa do Cruzamento de Pegões.

Um aspeto também focado como positivo são as respostas sociais existentes para a população idosa (em Canha, a Santa Casa da Misericórdia; em Pegões, a Academia Sénior), embora nem todos os pontos do território delas possam beneficiar. O agrupamento de escolas, respetivamente a escola sede e as escolas dos primeiros níveis de ensino também não são objeto de crítica; pelo contrário, evidenciam ter um bom potencial para o diálogo e a integração entre população nacional e imigrante, algo que nos parece ser de explorar e valorizar mais, reforçando-as mais como polos comunitários.

Também são valorizadas algumas iniciativas ligadas ao PRR, como a criação do CLAI (não obstante as limitações atrás referidas) e os cursos de português - língua de acolhimento. Contudo, o fator que gera maior orgulho é a existência de empresas agrícolas com impacto e reconhecimento internacional através do seu volume de exportações, como, por exemplo, a produção de flores, sobretudo em estufas⁴. No entanto, se há uma ou outra empresa de grande dimensão, há também outras mais pequenas e com capacidade limitada de absorção de mão de obra.

“Aqui na freguesia percebo que talvez sejamos dos poucos a garantir trabalho através da agricultura, por exemplo. Eu, pelo menos, chego a dar trabalho a mais de 30 pessoas. Se não existissem imigrantes, não tinha pessoas para trabalharem na agricultura. Teria de fazer tudo de outra forma e não conseguia dar a resposta que tenho. Por acaso, tenho tudo maquinizado, mas há coisas que dependem da mão-humana.” (FGPPA)

4.3 Quadro síntese do Diagnóstico

Usa-se como síntese o modelo da análise SWOT⁵, por ser simples e comum, além de facilmente percebido se apresentado à população.

Pontos fortes	Pontos fracos
---------------	---------------

⁴ “Cerca de 70 a 75% da produção nacional de “flor de corte” é feita no concelho do Montijo, sendo a gerbera, o crisântemo, a rosa, o cravo e o gladiolo, as espécies mais produzidas atualmente”, in <https://www.munmontijo.pt/investir/atividades-economicas/floricultura>

<ul style="list-style-type: none"> - Setor económico a nível agrícola com algumas empresas bem organizadas e com reputação - Algumas instituições recetivas para prestar apoio à população imigrante (Agrupamento de escolas, centro local de apoio ao imigrante, algumas sociedades recreativas). - Algum reconhecimento comunitário da necessidade de imigrantes (trabalho, natalidade...) - Oferta de Cursos de Português - Língua de Acolhimento (PLA) com procura por parte dos imigrantes - Melhoria dos transportes públicos e inserção do território no "passé" da AML - Riqueza da história e cultura da região (colonatos, mala posta...) - Produtos endógenos da região que poderão ser atrativos do ponto de vista comercial e turístico 	<ul style="list-style-type: none"> - Choque cultural, comunidade(s) não preparadas (imigrantes e pop. autóctone) - Falhas no sistema de acolhimento dos imigrantes (legalização, saúde, habitação...)- Dificuldade em detetar e impedir a exploração laboral dos imigrantes - Trabalho irregular, precário, sazonal e por vezes já escasso - Diálogo interinstitucional fraco, insuficiência de concertação em rede, pouco investido do ponto de vista social e cultural e pouco diversificado em termos de áreas/setores económicos
Oportunidades	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> - Investimento na ferrovia poderá quebrar algum isolamento - Localização do novo aeroporto na margem sul do Tejo poderá gerar novos empregos, diversificando setores de atividade - Recurso a programas de financiamento, designadamente PRR, para desenvolvimento do território 	<ul style="list-style-type: none"> - Território extenso e disperso - Isolamento/corte territorial dentro do município - Integração na AML que diminui oportunidades, ao inviabilizar ou penalizar candidaturas a fundos europeus - Contexto sociopolítico em Portugal cada vez mais negativo e reativo à imigração - Dificuldade em separar com exatidão as notícias falsas das verdadeiras, designadamente sobre a população imigrante

A nossa exterioridade ao território é, por um lado, um fator condicionante face ao conjunto de propostas e soluções que procuramos apontar, mas, por outro, é uma vantagem, pois não estamos presos nas lógicas de familiaridade e proteção, características de comunidades periféricas e de baixa densidade populacional. Salientamos, contudo, que na partilha deste Diagnóstico com os interlocutores locais (9 de setembro 2025) houve confirmação de todos os aspetos mencionados na análise SWOT, tendo-se enfatizado em maior ou menor grau certos pontos e enriquecido a visão que já tínhamos com mais informação. Por exemplo, relativamente ao reconhecimento da necessidade de imigrantes, os nossos interlocutores locais consideram que ela existe, essencialmente, por parte dos empregadores, mas a população nacional do território não sente essa falta.

⁵ A Análise SWOT é uma ferramenta de gestão estratégica que ajuda a identificar os pontos fortes (*Strengths*), fraquezas (*Weaknesses*), oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*) de uma empresa ou projeto. Em resumo, é uma avaliação interna e externa para melhor entender a situação atual e traçar um plano de ação. É obviamente com cuidado e alguma modéstia que apontamos algumas soluções, na certeza de que trilhar algumas delas será tão difícil como necessário. Nos casos em que se assinalaram contributos dos nossos interlocutores locais em relação às soluções, acrescentámos, referindo-os como fonte.

5 Conclusão e propostas de intervenção

Atendendo a que parte dos problemas considerados nos pontos fracos exigem uma intervenção sociopolítica de âmbito nacional e que ao longo destes dois anos, sobretudo nos últimos meses em que já começou a ser implementada uma política de contenção da imigração (não sendo mais possível apresentar apenas a “manifestação de interesse”⁵ para permanecer no país), algumas das expectativas veiculadas pela população nacional poderão cumprir-se. Contudo, isso não é certo. Alguns dos interlocutores mais especializados que ouvimos, referiram que o fim da “manifestação de interesse” não estancaria a imigração ilegal e que tal instrumento até permitiria ter um controlo maior sobre essa situação, uma vez que as pessoas se apresentariam voluntariamente e contribuiriam para a Segurança Social, enquanto agora poderão manter-se completamente fora do sistema. Contudo, importa sobretudo que as sugestões que aqui consideramos possam ser efetuadas a nível da intervenção do poder local, uma vez que é, nesse âmbito, que se situa este Diagnóstico e o Observatório das Migrações. Consideramos, assim, três áreas merecedoras de sugestões de intervenção

a) Problemas relativos à população imigrante

O **trabalho irregular, precário, sazonal** e, por vezes, escasso é um dos aspetos mais referidos como problemático para a população imigrante. Embora fosse importante diversificar os setores económicos do território, esse trabalho é de longo prazo e exige uma atração de investimento que extravasa o nível concelhio e que seria interessante de equacionar a nível supraconcelhio e regional. Antevemos que a dinamização do setor aeroportuário e da ferrovia, assim como uma correta identificação de aspetos de valor para o setor turístico (por exemplo, a partir dos produtos endógenos, da história local, por exemplo, ligada aos colonatos, à mala posta, de trilhos e circuitos na natureza...), além da criação de novos polos e eventos recreativos socioculturais permitiria gerar outro tipo de trabalhos para além da agricultura. Esta dinamização seria importante para atrair investimento privado para a área comercial, algo também deficitário neste território, bem ao contrário do Montijo, rico em superfícies comerciais de grande dimensão (Pegões dista cerca de 35Km de Montijo e Canha 45Km). A um nível mais imediato e uma vez que a sazonalidade é uma característica intrínseca do setor agrícola, sobretudo quando se trata de agricultura intensiva, não antevemos uma mudança fácil. Contudo, os períodos de inatividade do setor poderiam ser aproveitados para facultar à população imigrante formação e capacitação, em programas que poderiam ser concertados entre as empresas, as autarquias e o IEFP. Tais programas poderiam mesmo incluir componentes linguísticas (como o PLA), de melhoria de competências profissionais, mas

⁵ Permitia entrar com visto de turista (sem contrato de trabalho) e após um ano de pagamentos à Segurança Social pedir um visto de residência. O [Decreto-Lei n.º 37-A/2024, de 3 de junho](#) veio mudar essa situação e é agora necessário ter um contrato de trabalho ou uma promessa de emprego formalizada.

também cívicas e culturais (por exemplo, a separação do lixo, os direitos das mulheres...). Não estamos a falar de cursos de assimilação cultural, em que as pessoas são convidadas a deixar a sua cultura de origem, mas sim de partilha e conhecimento das instituições, direitos e valores de uma cultura democrática. Consideramos que em termos de formação profissional, a existência de um Centro Qualifica no Agrupamento de Escolas de Pegões poderia ser muito importante, dada a distância a que se situa o do Montijo. Outra hipótese seriam ações concertadas entre a AFPDM e o Agrupamento de Escolas, pois a referência para a população em termos de formação/escolaridade é o Agrupamento. Seria muito mais fácil estabelecer a comunicação e uma relação com a população imigrante, pois muitas destas pessoas têm os filhos a estudar lá e veicularam opiniões positivas sobre esta inclusão. Os imigrantes entrevistados no FG veicularam expectativas de certificação das suas habilitações e de formação que poderiam ser efetivadas nestes períodos sem trabalho. Acredita-se que estas formações poderiam também ser bilingues, acrescentando ao PLA em termos de um outro problema muito mencionado que é *a ausência de domínio da Língua Portuguesa por parte da comunidade imigrante*.

De referir também que a *inexistência de associações de imigrantes neste território* e de lideranças respeitadas poderia ser colmatada através de incentivos para este associativismo e/ou da formação em liderança comunitária, sendo que há modelos que, se equacionados numa lógica cultural menos ocidentalizada, poderiam ser interessantes (por exemplo, a Filosofia Ubuntu).

As ideias aqui consideradas saíram reforçadas no Encontro de partilha do diagnóstico social (9 de setembro 2025). Os interlocutores presentes realçaram a importância da contratualização do trabalho, mesmo que por períodos de curta duração e uma fiscalização mais efetiva das empresas com o intuito de detetar trabalho não contratualizado. Referiram ainda que os cursos de Língua Portuguesa poderiam acontecer ao fim de semana, período de maior inatividade, e estarem também na esfera das empresas e/ou nas escolas, já que o atual funcionamento ao fim da tarde impede a frequência de muitos imigrantes. Manifestaram ainda a concordância relativamente a estes cursos incluírem componentes culturais e serem um bom ponto de partida para atividades de contacto com a comunidade nacional a nível local. A continuidade por níveis de proficiência linguística também é importante. Também foi considerada a importância de explicitar e trabalhar com as mulheres imigrantes, os direitos e os deveres inerentes a uma situação de contratualização de trabalho em Portugal, verificando-se que, para muitas delas, a experiência anterior nos seus países de origem é menos formal, nomeadamente em que se pode sair por períodos breves, sem consequências (por um casamento, por situações de saúde...), enquanto aqui uma falta sem justificação pode originar a quebra de um contrato ou outro tipo de repercussões.

A **residência em habitações degradadas e com baixas condições de higiene** poderia ser minorada, através da construção de habitação pública específica para territórios rurais/baixa densidade, permitindo às pessoas ter um pequeno quintal ou uma horta comunitária onde pudessem rentabilizar os seus conhecimentos adquiridos na agricultura para usufruto

próprio, aumentando até o seu rendimento familiar. De referir ainda que, atendendo a que a população nacional local está a alugar espaços que possui, mas estão devolutos, um programa de incentivo à requalificação de edificado para proprietários poderia também revelar-se positiva para as duas partes.

Os interlocutores locais consideraram este ponto muito importante e efetuaram algumas sugestões interessantes, nomeadamente a possibilidade de as empresas assegurarem construções pré-fabricadas (acrescentando a parceria com quem as comercializa), podendo mesmo algumas delas ser amovíveis para outras localizações, em que poderá haver momentaneamente situações de carência. Sugeriram também as casas coletivas, salientando, relativamente a esta última ideia, que há muita imigração masculina e individual e poderiam partilhar algumas instalações como cozinha e sala, mas de forma digna e não como ocorre atualmente.

A **existência de redes ilegais que exploram os imigrantes** só pode ser combatida ao nível de uma fiscalização mais efetiva e regular sobre as empresas a operar no território, uma vez que nestas localidades mais distantes dos grandes centros é ainda mais fácil escapar ao controlo. As denúncias, por motivos diferentes, parecem-nos especialmente difíceis quer por parte da população imigrante, quer da nacional, e só seriam possíveis se se criassem mecanismos de anonimato efetivo. Mas as reuniões regulares de sensibilização, à semelhança de uma já ocorrida, terão sempre algum impacto e devem ser promovidas.

A **falta de acesso à Internet gratuita** é um dos aspetos que leva a ajuntamentos de imigrantes em determinados locais públicos em que conseguem esse acesso, seria de equacionar pontos públicos de acesso mais controlados e mediados, em que os imigrantes pudessem mesmo ter acesso a computadores e impressoras, servindo-lhes tanto para comunicação e conexão com os seus países como para tratar de documentação.

Quanto ao CLAI, nenhum dos imigrantes que conosco esteve referiu este serviço, mas evidentemente que o número de atendimentos realizados é demonstrativo do seu funcionamento. Contudo, o facto das técnicas estarem sobretudo em Canha quando o número de imigrantes em Pegões é muito superior, foi muito criticado pela população nacional, assim como permanecerem sobretudo no gabinete, à espera de procura. Foi amplamente sugerido um outro tipo de intervenção, mais distribuída pelas várias localidades do território, em conexão com instituições já existentes e mais proativa no seu trabalho de contacto e relação com a população imigrante.

b) Problemas comuns à população imigrante e à população nacional

A **falta de resposta dos serviços de saúde públicos às necessidades da população** é um fator comum de queixa. Acresce que, se esta falta de resposta já era notória, os imigrantes são encarados como concorrendo com a população por estes cuidados, o que aumenta a tensão já existente. Conscientes que este problema extravasa este território, não há dúvida que as soluções, embora decorrentes de um sistema mais vasto, poderão ser analisadas a nível local.

Um dos aspetos mais focados, para além dos poucos recursos, é de que os médicos não permanecem. Assim, poderia ser equacionado um sistema rotativo de deslocação de médicos (por parceria com outros centros de saúde), não os obrigando propriamente a fixar-se, ou então ensaiar atrativos financeiros ou outros (habitação, por exemplo) para a fixação de médicos. O recurso a tecnologias digitais para consultas online, pelo menos ao nível do seguimento de doentes já com diagnóstico e tratamento, poderia também ser uma hipótese. Seriam também positivas as parcerias para acolher estágios na área da saúde com o ensino superior (por exemplo, o IPS forma enfermeiros/as, fisioterapeutas e terapeutas da fala); às vezes, pequenos incentivos (por exemplo, transporte disponibilizado) são necessários para atrair população jovem capacitada.

Um investimento em melhores ligações no território e para fora dele também nos parece fundamental, assim como a questão da ferrovia que já foi ali um ponto forte e agora está desinvestida em termos de valor e utilidade.

A arte e a cultura não têm um polo agregador; a inexistência de cinema, de teatro, de criação cultural é notória. Em algumas destas comunidades de baixa densidade houve investimento para construir centros culturais e/ou centros juvenis que permitiram trazer novas linguagens, para além das práticas comunitárias ligadas a festas tradicionais (aqui bem representadas pelas sociedades recreativas) e isso representa algo que também aqui se nos afigura necessário. As atividades desportivas também podem ser fundamentais, sobretudo se forem estrategicamente usadas para promover uma relação positiva entre as culturas.

c) Problemas de interação entre a população imigrante e a população nacional no território

É compreensível através do que fomos já relatando que o choque cultural entre as comunidades imigrantes e nacionais resulta de uma vaga imigratória constituída por pessoas de nacionalidades bem diferentes do que até aí tinha sido comum. Se isso aconteceu no país, aqui aconteceu em dobro, como os números permitem perceber. Ao acontecer num meio rural mais isolado, já com falta de acesso a muitos bens e recursos, e sem terem sido mobilizados, no imediato, meios que promovessem a compreensão e o debate do que estava a acontecer, potenciou alguma da rejeição que viemos a constatar. Curiosamente a população imigrante, dada a sua imersão no trabalho e as poucas relações que tem fora da sua comunidade, nem o percebe inteiramente (alguns deles falaram a primeira vez com portugueses nos FG que promovemos).

Sem dúvida que há poucas instituições de referência no território e as que existem mantêm um diálogo interinstitucional fraco, além da insuficiência de concertação em rede. Este foi o ponto mais realçado no Encontro de partilha do Diagnóstico Social, confirmando amplamente a observação que realizámos. Os interlocutores locais acrescentaram a importância dos mediadores comunitários que o PRR trouxe, mas cujo impacto não se fez totalmente sentir, dada a dificuldade em encontrar alguém com o perfil adequado e, quando isso aconteceu, em manter as pessoas em projetos que se percebem que serão precários. Explicitaram ainda que

estes mediadores têm de atuar no terreno, demonstrando tanta capacidade de diálogo com a população imigrante quanto com a população nacional, estabelecendo também o diálogo interinstitucional, em vez de atuarem no âmbito de uma única instituição.

Assim, a Rede Intercultural emerge aqui como uma necessidade urgente, mas que tem que ser construída com cautela, a partir de lideranças formais e informais detetadas. O Observatório das Migrações pode vir a constituir um instrumento dessa mesma rede, tendo a mais-valia de ser um recurso digital, ao qual todos podem ter acesso. Mas nada substitui a necessidade de mobilizar meios para construir uma plataforma de reunião regular e presencial, talvez a partir das Comissões Sociais de Freguesia que construa um plano de ação centrado na questão da relação com os imigrantes e da sua integração, e em que cada instituição possa assumir uma parte da intervenção. Um dos nossos interlocutores diz isso com clareza:

“É preciso existir uma orientação, em todos os casos, quando as pessoas chegam para que possam saber o que é necessário ser feito em termos de legalização, saúde e escola. É preciso que as pessoas conheçam a cultura e tradição deles e é preciso também uma maior fiscalização ao processo de migração e acolhimento destas pessoas. E, acima de tudo, é importante que as pessoas não tenham medo de denunciar quando existem casos, como estes, em que 20 ou 30 pessoas estão a morar na mesma casa. Há situações claras de violação dos direitos humanos e as pessoas têm o dever e o direito de as denunciar e podem fazê-lo de forma anónima. É preciso um projeto bem articulado para conseguir dar resposta.” (FGPPA)

Concluimos com a frase de um dos nossos interlocutores, proferida no Encontro de partilha do Diagnóstico preliminar, ao referir a ligação entre a comunidade local e as comunidades imigrantes: é “como se tratasse de um muro invisível que vai crescendo”. Ficou ainda claro que, para que este “muro” não cresça mais e mais, é necessário que as instituições sociais e comunitárias promovam um trabalho mais concertado entre elas, uma rede mais coesa e eficaz.

Referências bibliográficas

Assembleia da República (2013). "Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro: Reorganização administrativa do território das freguesias". Diário da República n.º 19/2013, 1º Suplemento, Série I de 2013-01-28. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/11-a-2013-373798>

Cardoso, A., & Brázia, A. (2024). *Diagnóstico Social do Concelho do Montijo*. Centro de Estudos para a Intervenção Social - CESIS.

Carta Administrativa Oficial de Portugal, versão de 2023 - CAOP 2013

Ferreira, C. (2023). *Roteiro da Minha Terra*, Edição de autor

Ferreira, G. (1946). *A Mala-Posta em Portugal. Algumas notas para a sua História*, Publicidade e Propaganda dos CTT

Ginicolo, M. (2021). *Um lugar para chamar de seu: Integração, participação cívica e política e cidadania ativa de alunos imigrantes numa escola de Educação Básica em Portugal*. Tese de mestrado em Ciências da Educação, Universidade do Porto.

Instituto Nacional de Estatística. (2024). *Censos 2021 – Indicadores/Bases de dados*, Instituto Nacional de Estatística, disponível em <https://tabulador.ine.pt/censos2021/> (consultado em 15 de julho de 2024).

Instituto Nacional de Estatística. (2022). *Censos 2021: XVI Recenseamento Geral da População: Resultados definitivos*, Instituto Nacional de Estatística

Anexos

Guiões de Entrevistas e *Focus Group*

Guião de Entrevista aos técnicos do Centro Local de Apoio à Integração dos Migrantes (CLAIM)

1. Enquadramento

Propõe-se a criação de um Observatório para as Migrações com os seguintes objetivos gerais, constantes na ficha de projeto:

“Propõe-se a criação de um observatório para as migrações para a União das freguesias de Pegões e da freguesia de Canha do concelho do Montijo, que permita identificar as necessidades sentidas pela população imigrante, com particular enfoque para a população imigrante internacional. O observatório deverá operar a três níveis:

- 1) **Recolha de Informação (nomeadamente através de: *focus group*, painel de especialistas, entrevistas semiestruturadas);**
- 2) **Realização de Diagnósticos de situação sobre a condição socioeconómica vivida pela população imigrante, a partir de um conjunto de eixos de análise que passamos a enunciar:**
 - a) **Literacia de adultos; b) inclusão digital, que não deve ser analisada isoladamente, mas tendo em conta também...??? c) Trabalho e emprego; d) domínio da língua; e) acesso à Habitação; f) Acesso à Educação; g) Acesso à Saúde, entre outras. Este diagnóstico deve atender à diversidade étnica, religiosa, cultural e socioeconómica dos migrantes da União de freguesias de Pegões e da freguesia de Canha.**
- 3) **A partir deste estudo deverá ser possível construir perfis de imigração, associados a diferentes culturas, a diferentes situações socio económicas e, conseqüentemente, diferentes necessidades; promover ações de divulgação dos resultados e de interação entre a comunidade. Articular-se com o Observatório das migrações do ACM e com todas as organizações que apoiam ou podem apoiar a população imigrante numa perspetiva sincrónica.” (PRR-Plano de Ação Pegões e Canha P.86).**

A entidade contactada, por sua vez - O CLAIM - por sua vez prossegue os seguintes objetivos:

“Proporciona informação gratuita de forma acessível, sobre as mais diversas matérias e procura encontrar respostas às necessidades da população migrante em diferentes áreas, designadamente: Regularização da situação migratória; Nacionalidade; Reagrupamento Familiar; Acesso à Saúde; Acesso à Educação; Formação Profissional; Empreendedorismo; Apoio Social; Retorno Voluntário; Apoio ao Associativismo; Questões Laborais, entre outras.

A” (PRR-Plano de Ação Pegões e Canha P.40).

2. A Entrevista

A entrevista às técnicas do CLAIM prossegue os seguintes objetivos:

Caraterizar os imigrantes internacionais residentes **nas freguesias de Pegões e Canha** a partir das seguintes dimensões:

- Caraterização Sócio demográfica da população migrantes;
- Caracterização sociocultural e sociabilidades;
- Condições de trabalho e rendimentos;
- Acesso à habitação;
- Saúde;
- Educação;
- Acesso à formação;
- Criminalidade e segurança.

2.1. Guião de entrevista

O guião construiu-se a partir de uma tabela onde se contemplam as dimensões de análise e as questões que permitirão responder aos nossos objetivos. A sua construção teve em conta a informação prévia obtida a partir de uma visita exploratória ao terreno, onde se contataram dois informantes privilegiados: o Responsável da Santa casa da Misericórdia de Canha e o Presidente da Junta de freguesia de Pegões.

Dimensões de análise	Questões
Caraterização Sócio demográfica Possível com base nos seus registos	Número de imigrantes; Evolução da imigração; Evolução da tipologia dos imigrantes; Nº de Agregados familiares com filhos; Nacionalidades; Naturalidade.
Caracterização sociocultural e sociabilidades	É possível fazer uma breve caraterização dos grupos de imigrantes em termos de nacionalidade/ etnia/cultura/ religião? Como se relacionam os imigrantes entre si? Como se relacionam com a comunidade envolvente?

Condições de trabalho e rendimentos;	Qual é em geral a situação contratual dos trabalhadores imigrantes? Em que setores de atividade se integram? Quais são em geral as condições de trabalho dos trabalhadores imigrantes Como podemos classificar o nível de rendimentos dos trabalhadores imigrantes? A situação perante o trabalho dos trabalhadores imigrantes tende a ser diferente da situação dos trabalhadores nacionais?
Acesso à habitação	Quais são em geral as condições de habitabilidade dos imigrantes? Qual é a possibilidade de acesso a habitação digna a preços acessíveis?
Saúde	Quais são em geral os problemas de saúde mais reportados? Estas populações têm acesso à saúde pública? No acesso à saúde quais são as dificuldades e vulnerabilidades reportadas?
Educação	Os imigrantes têm acesso à educação? Os filhos dos imigrantes têm acesso à educação? No acesso à educação quais são as dificuldades e vulnerabilidades mais reportadas?
Formação	Quais são as principais necessidades de formação dos imigrantes? Os imigrantes têm acesso à formação que permita responder a algumas dessas necessidades? Existe oferta formativa na área linguística Existe oferta formativa/apoio na área jurídica? Existe oferta formativa na área do digital?
Criminalidade e segurança	Com o aumento da imigração foi sentida alguma alteração no que respeita à percentagem e tipologia de crimes identificada? E em relação às condições de atuação e combate à criminalidade existem os meios necessários?
Associativismo	Para além de vocês, existem algumas estruturas mais ou menos formalizadas que apoiem localmente os imigrantes? Se sim quais e os contactos

Guião do Focus Group à população de origem nacional residente em Canha e Pegões

Dimensões de análise	Questões
----------------------	----------

A. Caracterização territorial e sociocultural	<p>1. Como caracterizam a freguesia de Pegões? Se tivessem que a retratar a alguém que não a conhece, o que diriam desta terra?</p> <p>2. Há muitas diferenças entre este núcleo central mais urbano e os outros núcleos mais rurais? Como os caracterizam, quais as diferenças?</p> <p>2. Em termos de ocupação socioeconómica, em que trabalham as pessoas? Mais aqui na freguesia de Pegões ou fora? E fora, onde (Montijo? Lisboa?)</p> <p>3. Em termos de hábitos culturais (festas, eventos, gastronomia, rotinas e/ou rituais...), o que é mais significativo? Onde é que as pessoas tinham por hábito se encontrar? Isso mantém-se?</p> <p>4. Quais as instituições mais importantes desta localidade em termos de serviços, educação, saúde, atendimento social, lazer e cultura, etc?</p> <p>5. O que mudou mais na terra nestes últimos cinco anos?</p> <p>6. Comparando Pegões e Canha, quais são as diferenças sociais, económicas e culturais mais significativas? E as semelhanças?</p> <p>7. Como são as ligações em termos de transportes públicos? É fácil se deslocarem dentro da freguesia? E para fora dela? Qual a ligação que têm ao Montijo? Qual a razão para esta freguesia pertencer ao concelho do Montijo?</p>
B. Aspetos mais e menos positivos das localidades de Pegões e Canha	<p>Quais os aspetos mais positivos de viver aqui? E os menos positivos?</p> <p>Quais são os principais problemas e necessidades das pessoas aqui?</p> <p>Há necessidades diferentes consoante se é criança, jovem, adulto ou idoso/a? Em quê?</p>
C. Caracterização da Imigração nacional e estrangeira	<p>Antes desta terra ter uma grande procura por parte de imigrantes estrangeiros, já aqui havia imigração nacional, de pessoas que vinham do nosso próprio país? Quais os motivos para virem para cá?</p> <p>Há quanto tempo começaram a chegar imigrantes estrangeiros? Quais os motivos? Em que lugares deste território residem e trabalham?</p> <p>Que imigrantes estrangeiros são? Como caracterizam os grupos de imigrantes em termos de nacionalidade/ etnia/cultura/ religião?</p> <p>Os imigrantes trabalham em que sectores da economia local?</p> <p>Há alguns lugares de encontro entre imigrantes e população residente local? Quais? Como se processa a comunicação?</p> <p>Até que ponto a situação perante o trabalho, a habitação, a saúde, a educação dos trabalhadores imigrantes tende a ser diferente da situação dos trabalhadores nacionais?</p>

<p>D. Integração dos imigrantes da comunidade de Pegões/Canha</p>	<p>Já tiveram algum tipo de contacto/comunicação com algum/uns imigrante(s) estrangeiro(s)? Se sim, onde? Com que ideia ficaram?</p> <p>Até que ponto consideram que os diversos grupos de imigrantes estão integrados nesta comunidade? Se não estão, porquê? Quais as barreiras, as dificuldades? Há alguns receios por parte das pessoas face a estas comunidades imigrantes? Porquê? São fundados/infundados?</p> <p>O que consideram que seria importante fazer/ter para haver uma boa comunicação, integração? Algumas dessas coisas têm vindo a ser realizadas?</p> <p>O que gostavam que acontecesse no futuro em relação a estes grupos de imigrantes?</p>
--	---

Guião do Focus Group à população de origem imigrante residente em Canha e Pegões

Pedido de consentimento informado e gravação

Roteiro Global

Tópicos	Tempo
Origens, destino e expectativas migratórias	15m
Família e agregado familiar	10m
Literacia de adultos e Literacia Digital	15m
Trabalho e emprego	15m
Condições de vida e acesso a direitos e a bens comuns	15m
Práticas culturais e religiosas	10m
Integração social e na comunidade	10m

1. Origens, destino e expectativas migratórias

- Nome, idade e país de origem.
- Têm a nacionalidade desse país? Pediram já a nacionalidade portuguesa ou tencionam pedir?
- Que países procuraram como destino? Portugal que prioridade ocupou ou ocupava nessa lista? Porquê?
- Este foi o concelho e a zona que escolheram em primeiro lugar ou já viveram ou estiveram noutras? Que razões para procurar este concelho?
- Quais as razões que vos motivaram a emigrar?
- Pretendem manter-se em Portugal ou têm a expectativa de mudar para outro país?

2. Família e agregado familiar

- Estão em Portugal sozinhos ou com mais alguém de família? Se mais alguém, quem e com que parentesco? No vosso agregado familiar há crianças oriundas de outros países e/ou já nascidas em Portugal?
- No país de origem têm um agregado familiar ao qual sentem pertencer? Qual relação que mantêm com o mesmo?

3. Literacia de adultos e Literacia Digital

- Estudaram no vosso país de origem? Quantos anos estiveram na escola? Têm algum tipo de habilitação profissional? Se sim, qual?

- Conseguem ler, escrever e ter conhecimentos básicos de matemática? Apenas usando a língua materna ou também o português?
- Praticavam algum tipo de ofício ou ocupação profissional no país de origem?
- Em Portugal inscreveram-se em algum tipo de formação? Pediram algum tipo de certificação profissional?
- O que precisavam de aprender com carácter mais e menos prioritário (por exemplo, saber fazer contas com dinheiro europeu, saber usar uma plataforma na internet para submeter formulários, abrir uma conta no banco, fazer o IRS, preencher formulários e apoios da Segurança Social da AIMA ou outros, saber como abrir um pequeno negócio, etc)
- Relativamente ao domínio da língua como se situam (por exemplo, num nível muito básico em que ainda é mesmo difícil comunicar oralmente, comunicam oralmente mas por escrito não, domínio da oralidade e domínio básico da leitura e da escrita, etc)
- É a primeira vez que estão inscritos num curso de Português Língua não Materna? Se não é, onde estiveram antes? Como está a ser para vós esta aprendizagem?

4. Trabalho e emprego

- Que tipo de ocupações profissionais têm tido desde que chegaram a Portugal? Em geral por quanto tempo? Só neste concelho e zona ou também noutros pontos do país?
- São trabalhos que já tinham feito ou estão a fazer pela primeira vez? Se nunca os tinham feito, como foi aprender a fazê-los? Houve algum tipo de formação?
- Em que áreas gostavam de trabalhar?
- Qual(is) a maior(es) dificuldade associada ao trabalho?
- Qual o vínculo laboral? Precário (tipo de contrato: sazonal, permanente, ...; duração do dia de trabalho; quantos dias de trabalho/mês;...)

Condições de trabalho (horário, carga de trabalho, condições de segurança)

Recompensas (nível médio de remuneração auferida. Recompensas recebidas por comparação com os trabalhadores nacionais.

5. Condições de vida e acesso a direitos e a bens comuns

- Como tem sido o acesso à Habitação? Quais as dificuldades? Tipo de habitação (quarto, casa, anexo,...); Partilha de habitação (com quantas pessoas, com laços familiares / laborais / outros)
- Como tem sido o acesso à Educação? Quais as dificuldades que sentem? Se têm crianças a cargo, estas estão integradas no ensino público português? Quais as principais dificuldades sentidas pelas crianças no processo de aprendizagem?

E na integração com as outras crianças?

- Como tem sido o acesso à Saúde? Quais as dificuldades? Estão inscritos no Centro de Saúde ou outro serviço de saúde?
- Como tem sido o acesso ao apoio das instituições legais que apoiam os imigrantes? Quais instituições? Quais as dificuldades?

6. Práticas culturais e religiosas

- Consideram ter algum tipo de religião? Quai/ais? Há lugares coletivos na Comunidade em que as praticam? Reconhecem nesta comunidade/zona algum líder religioso?
- Há algumas práticas/costumes da vossa comunidade que considerem importantes? Quais? Mantêm estas práticas?
- Há associações ligadas à vossa comunidade nesta zona do país? E noutras? Têm alguma ligação? Há algum líder cultural da(s) Comunidade(s)?

7. Integração social e na comunidade

- Até que ponto gostam de morar nesta zona? Como é a relação com as pessoas não imigrantes desta comunidade?
- Sentem-se alvo de algum tipo de discriminação ou racismo? Quais? Onde? Podem dar exemplos?
- E como é a relação entre as várias comunidades imigrantes? Há algum tipo de problema e/ou dificuldade? Qual o(s) motivo(s)?

Guião de Entrevista a empregadores, sobre a situação perante o Trabalho e o Emprego da população imigrante de Pegões e Canha.

1. Enquadramento do projeto

Propõe-se a criação de um Observatório para as Migrações para a União das freguesias de Pegões e Canha do concelho do Montijo, que permita identificar as necessidades sentidas pela população imigrante, com particular enfoque para a população imigrante internacional. **A criação do Observatório para as Migrações procura responder a três objetivos:**

1. **Realização de Diagnósticos de situação** sobre a condição socioeconómica vivida pela população imigrante, a partir de um conjunto de eixos de análise que passamos a enunciar: a) Literacia de adultos;

b) Inclusão digital, que não deve ser analisada isoladamente:

c) Trabalho e emprego;

d) Domínio da língua;

e) Acesso à Habitação;

f) Acesso à Educação;

g) Acesso à Saúde, entre outras.

Este diagnóstico deve atender à diversidade étnica, religiosa, cultural e socioeconómica dos imigrantes

2. A partir deste estudo deverá ser possível **construir perfis de imigração**, associados a diferentes culturas, a diferentes situações socio económicas e, conseqüentemente, diferentes necessidades; promover ações de divulgação dos resultados e de interação entre a comunidade. 3. Articular-se com **o Observatório das migrações do ACM** (atual AIMA) e com todas as organizações que apoiam ou podem apoiar a população imigrante numa perspetiva sincrónica;

4. criar as bases para **a criação de um observatório para as migrações** que realize estudos e análises sobre a população imigrante nas freguesias de Pegões e Canha e que possa funcionar como suporte de apoio à decisão.

2. A Entrevista

A entrevista realiza-se a empregadores de imigrantes internacionais de Pegões e Canha e prossegue os seguintes objetivos:

Contribuir para caracterizar os imigrantes internacionais residentes **nas freguesias Pegões e Canha** a partir das seguintes dimensões:

- Caracterização Sócio demográfica dos empregadores;
- Condições de trabalho e rendimentos;
- Necessidades de formação;

2.1. Guião de entrevista

O guião construiu-se a partir de dimensões de análise e de questões que permitirão responder aos nossos objetivos. A sua construção teve em conta a informação prévia obtida a partir de uma visita exploratória ao terreno, onde se contactaram dois informantes privilegiados: o Responsável da Santa casa da Misericórdia de Canha e o Presidente da Junta de freguesia de Pegões.

DIMENSÕES DE ANÁLISE	QUESTÕES
----------------------	----------

CARATERIZAÇÃO DOS EMPREGADORES / PARTICIPANTES	Função que ocupa atualmente; 2 - Há quanto tempo trabalha na organização 3 - Há quanto tempo trabalha no setor (função) em que se encontra atualmente (em anos) 4 - Formação (Ensino Básico; Ensino Técnico/profissional; Ensino Secundário; Licenciatura ou superior)
CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	1- Indique o setor de atividade a que pertence a organização 2- - Indique o CAE (Código Atividade Económica) 3- - Indique a data de fundação da organização 4- Indique o número total de trabalhadores atualmente na organização
SITUAÇÃO PERANTE O TRABALHO NA ORGANIZAÇÃO	Qual é o tempo médio de permanência dos trabalhadores imigrantes na organização? Que tipo de horário praticam? Possuem em geral contrato de trabalho? Que tipo de contrato de trabalho possuem? Existem redes de contratação de população imigrante? Como funcionam? Em geral que tipo de atividades/funções desenvolvem/desempenham? Com autonomia ou supervisão?
CONDIÇÕES DE TRABALHO EM PEGÕES E CANHA	Quais são, em geral, as condições de trabalho dos trabalhadores imigrantes (considere, a título de exemplo, dimensões como pagamento, autonomia, intensidade, segurança no emprego, condições físicas do local de trabalho, equilíbrio entre vida profissional e familiar)? Como podemos classificar o nível de rendimentos dos trabalhadores imigrantes? A situação perante o trabalho dos trabalhadores imigrantes tende a ser diferente da situação dos outros trabalhadores da organização (nacionais)?
CARATERIZAÇÃO SOCIOCULTURAL E SOCIABILIDADES DOS IMIGRANTES	Pode caracterizar, de forma breve, os grupos de imigrantes que trabalham na organização, em termos de nacionalidade/etnia/cultura/religião? Como caracteriza as relações de trabalho entre imigrantes, em termos de interações, envolvimento pessoal e comunicação entre colegas imigrantes? Como caracterizam as relações de trabalho entre trabalhadores imigrantes e os outros trabalhadores da organização (nacionais)? Em geral, como se relacionam os imigrantes com a comunidade local envolvente?
NECESSIDADES DE FORMAÇÃO	Quais são as principais necessidades de formação dos imigrantes? Que possibilidades lhes são oferecidas para o desenvolvimento dos conhecimentos e competências no local de trabalho? As necessidades de formação dos trabalhadores imigrantes tendem a ser diferentes das necessidades de formação dos outros trabalhadores da organização (nacionais)?

Guião de entrevista às Sociedades Recreativas de Canha e Pegões

Dimensões de análise	Questões
Caracterização das Sociedades Recreativas Presentes	1. Podem apresentar-se, contar um pouco da vossa história e do que atualmente desenvolvem nesta comunidade? 2. Alguma das sociedades recreativas inclui entre os seus sócios imigrantes? Realizaram alguma iniciativa com população imigrante?

<p>B. Caracterização territorial e sociocultural</p>	<p>1. Como caracterizam as freguesias de Canha e Pegões? Se tivessem que retratar a alguém que não as conhece, o que diriam desta terra?</p> <p>2. Há muitas diferenças entre estes núcleos centrais mais urbanos e os outros núcleos mais rurais? Como os caracterizam, quais as diferenças?</p> <p>2. Em termos de ocupação socioeconómica, em que trabalham as pessoas?</p> <p>3. Em termos de hábitos culturais (festas, eventos, gastronomia, rotinas e/ou rituais...), o que é mais significativo? Onde é que as pessoas tinham por hábito se encontrar? Isso mantém-se?</p> <p>4. Quais as instituições mais importantes desta localidade em termos de serviços, educação, saúde, atendimento social, lazer e cultura, etc?</p> <p>5. O que mudou mais na terra nestes últimos cinco anos?</p> <p>6. Comparando Pegões e Canha, quais são as diferenças sociais, económicas e culturais mais significativas? E as semelhanças?</p> <p>7. Como são as ligações em termos de transportes públicos? É fácil se deslocarem dentro da freguesia? E para fora dela? Qual a ligação que têm ao Montijo? Qual a razão para esta freguesia pertencer ao concelho do Montijo?</p>
<p>B. Aspetos mais e menos positivos das localidades de Canha e Pegões</p>	<p>Quais os aspetos mais positivos de viver aqui? E os menos positivos?</p> <p>Quais são os principais problemas e necessidades das pessoas aqui?</p> <p>Há necessidades diferentes consoante se é criança, jovem, adulto ou idoso/a? Em quê?</p>
<p>C. Caracterização da Imigração nacional e estrangeira</p>	<p>Antes desta terra ter uma grande procura por parte de imigrantes estrangeiros, já aqui havia imigração nacional, de pessoas que vinham do nosso próprio país? Quais os motivos para virem para cá? Há quanto tempo começaram a chegar imigrantes estrangeiros? Quais os motivos? Em que lugares deste território residem e trabalham?</p> <p>Que imigrantes estrangeiros são? Como caracterizam os grupos de imigrantes em termos de nacionalidade/ etnia/cultura/ religião?</p> <p>Os imigrantes trabalham em que sectores da economia local?</p> <p>Há alguns lugares de encontro entre imigrantes e população residente local? Quais? Como se processa a comunicação?</p>
	<p>Até que ponto a situação perante o trabalho, a habitação, a saúde, a educação dos trabalhadores imigrantes tende a ser diferente da situação dos trabalhadores nacionais?</p>

D. Integração dos imigrantes da comunidade de Pegões/Canha	<p>Já tiveram algum tipo de contacto/comunicação com algum/uns imigrante(s) estrangeiro(s)? Se sim, onde? Com que ideia ficaram?</p> <p>Até que ponto consideram que os diversos grupos de imigrantes estão integrados nesta comunidade? Se não estão, porquê? Quais as barreiras, as dificuldades? Há alguns receios por parte das pessoas face a estas comunidades imigrantes? Porquê? São fundados/infundados?</p> <p>O que consideram que seria importante fazer/ter para haver uma boa comunicação, integração? Algumas dessas coisas têm vindo a ser realizadas?</p> <p>O que gostavam que acontecesse no futuro em relação a estes grupos de imigrantes?</p>
---	---

Guião de Entrevista na área de Educação

Tópico	Questões chave
Caracterização e inserção no Território	<ul style="list-style-type: none"> - Qual a proveniência territorial das crianças e jovens que frequentam as várias escolas do agrupamento? - Há relação entre a proveniência territorial e a pertença social e/ou étnica? - Que especificidades socioculturais consideram haver em cada uma das localidades?
Necessidades e Problemas do Território (Comunidade Educativa)	<ul style="list-style-type: none"> - Como caracterizam o vosso agrupamento? - Como caracterizam Pegões e Canha em termos sociais e culturais? - Com quem trabalham e se articulam neste(s) territórios? O que fazem em conjunto? - Com quem consideram que se deviam articular mais e melhor? Para resolver que tipo de problemas?
Necessidades e Problemas do Agrupamento	<ul style="list-style-type: none"> - Que necessidades e problemas consideram ter? - Há novos problemas ou verifica-se ao longo dos anos a persistência dos mesmos. - O que têm feito para resolvê-los? Que dificuldades têm sentido? Que resultados têm obtido? - Quais são as vossas expectativas para os próximos anos?
Projetos e Parcerias (relação com o PRR e instituições parceiras)	<ul style="list-style-type: none"> - Quais são os vossos projetos que se articulam com a comunidade e/ou com as famílias? - Efetuam algum tipo de articulação com os centros comunitários e/ou outras instituições? Qual? - Há algum órgão ou entidade da autarquia em que todos se articulam? (por exemplo, a Rede Social?) - O que sentem necessidade ao nível da relação/articulação com instituições parceiras?
História e Evolução da População imigrante no agrupamento (crianças, jovens e adultos)	<ul style="list-style-type: none"> - Como tem sido a evolução da frequência escolar da população imigrante nos últimos anos? - Quais as diferenças nessa integração a nível de escolas e de níveis de ensino? - Há algum tipo de procura por parte da população adulta? -
Caracterização da população migrante (países de origem) e suas especificidades	<ul style="list-style-type: none"> - Como caracterizam a população imigrante? Trata-se de emigração de 1º ou 2º geração? A que países pertencem? Há crescentemente reagrupamento familiar e integração de crianças ou essa é uma realidade ainda distante? Que tipo de informação (estatística ou outra) o agrupamento recolhe ou dispõe sobre a população imigrante? Que tipo de informação (estatística ou outra) gostariam de ter? - Há alguma procura de jovens adultos para necessidades específicas como a aprendizagem da língua (ou qualquer outra?) - Como é a vossa relação com as famílias destas crianças? Que pontos mais e menos positivos têm encontrado?
Necessidades e problemas	<ul style="list-style-type: none"> - Que necessidades e problemas consideram que as famílias imigrantes têm? Há diferenças entre elas? Especificidades? - Que aspetos mais e menos positivos tem tido a inclusão destas crianças nas escolas? Que dificuldades específicas? - Que respostas têm sido encontradas?

Projetos e Parcerias	- Há algum tipo de contacto vosso com Redes Inter ou multiculturais a nível comunitário e/ou nacional?
(relação com o PRR e instituições específicas que trabalham nesta área)	<ul style="list-style-type: none"> - Há algum tipo de contacto com entidades governamentais, autárquicas, cívicas ou associativas? - Reconhecem algum tipo de liderança entre a(s) populações imigrantes? <p>Qual? Há contacto ou alguma forma de o ter?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Têm contacto com algumas instituições que trabalham no âmbito do PRR? <p>Já frequentaram ou foram convidados para alguma ação no âmbito do PRR? Quais?</p> <ul style="list-style-type: none"> - No âmbito da Educação e/ou capacitação de pessoas têm algum tipo de expectativa em relação ao PRR -OIL de Canha e Pegões?

Guião de Entrevista a empregadores, sobre a situação perante o Trabalho e o Emprego da população imigrante de Canha e Pegões.

1. Enquadramento do projeto

Propõe-se a criação de um Observatório para as Migrações para a União das freguesias de Pegões e Canha do concelho do Montijo, que permita identificar as necessidades sentidas pela população imigrante, com particular enfoque para a população imigrante internacional. A criação do Observatório para as Migrações procura responder a três objetivos:

1. Realização de Diagnósticos de situação sobre a condição socioeconómica vivida pela população imigrante, a partir de um conjunto de eixos de análise que passamos a enunciar: a)

Literacia de adultos;

b) Inclusão digital, que não deve ser analisada isoladamente:

c) Trabalho e emprego;

d) Domínio da língua;

e) Acesso à Habitação;

f) Acesso à Educação;

g) Acesso à Saúde, entre outras.

Este diagnóstico deve atender à diversidade étnica, religiosa, cultural e socioeconómica dos imigrantes

2. A partir deste estudo deverá ser possível construir perfis de imigração, associados a diferentes culturas, a diferentes situações socio económicas e, conseqüentemente, diferentes necessidades; promover ações de divulgação dos resultados e de interação entre a comunidade. 3. Articular-se com o Observatório das migrações do ACM (atual AIMA) e com todas as organizações que apoiam ou podem apoiar a população imigrante numa perspetiva sincrónica;

4. criar as bases para a criação de um observatório para as migrações que realize estudos e análises sobre a população imigrante nas freguesias de Pegões e Canha e que possa funcionar como suporte de apoio à decisão.

2. A Entrevista

A entrevista realiza-se a empregadores de imigrantes internacionais de Pegões e Canha e prossegue os seguintes objetivos:

Contribuir para caracterizar os imigrantes internacionais residentes nas freguesias Pegões e Canha a partir das seguintes dimensões:

Caraterização Sócio demográfica dos empregadores;

Condições de trabalho e rendimentos;

Necessidades de formação;

2.1. Guião de entrevista

O guião construiu-se a partir de dimensões de análise e de questões que permitirão responder aos nossos objetivos. A sua construção teve em conta a informação prévia obtida a partir de uma visita exploratória ao terreno, onde se contataram dois informantes privilegiados: o Responsável da Santa casa da Misericórdia de Canha e o Presidente da Junta de freguesia de Pegões.

DIMENSÕES DE ANÁLISE	QUESTÕES
CARATERIZAÇÃO DOS EMPREGADORES / PARTICIPANTES	Função que ocupa atualmente; 2 - Há quanto tempo trabalha na organização 3 - Há quanto tempo trabalha no setor (função) em que se encontra atualmente (em anos) 4 - Formação (Ensino Básico; Ensino Técnico/profissional; Ensino Secundário; Licenciatura ou superior)
CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	1- Indique o setor de atividade a que pertence a organização 2- - Indique o CAE (Código Atividade Económica) 3- - Indique a data de fundação da organização 4- Indique o número total de trabalhadores atualmente na organização
SITUAÇÃO PERANTE O TRABALHO NA ORGANIZAÇÃO	Qual é o tempo médio de permanência dos trabalhadores imigrantes na organização? Que tipo de horário praticam? Possuem em geral contrato de trabalho? Que tipo de contrato de trabalho possuem? Existem redes de contratação de população imigrante? Como funcionam? Em geral que tipo de atividades/funções desenvolvem/desempenham? Com autonomia ou supervisão?
CONDIÇÕES DE TRABALHO EM PEGÕES E CANHA	Quais são, em geral, as condições de trabalho dos trabalhadores imigrantes (considere, a título de exemplo, dimensões como pagamento, autonomia, intensidade, segurança no emprego, condições físicas do local de trabalho, equilíbrio entre vida profissional e familiar)? Como podemos classificar o nível de rendimentos dos trabalhadores imigrantes? A situação perante o trabalho dos trabalhadores imigrantes tende a ser diferente da situação dos outros trabalhadores da organização (nacionais)?
CARATERIZAÇÃO SOCIOCULTURAL E SOCIABILIDADES DOS IMIGRANTES	Pode caraterizar, de forma breve, os grupos de imigrantes que trabalham na organização, em termos de nacionalidade/etnia/cultura/religião? Como caracteriza as relações de trabalho entre imigrantes, em termos de interações, envolvimento pessoal e comunicação entre colegas imigrantes? Como caracterizam as relações de trabalho entre trabalhadores imigrantes e os outros trabalhadores da organização (nacionais)? Em geral, como se relacionam os imigrantes com a comunidade local envolvente?

NECESSIDADES DE FORMAÇÃO	Quais são as principais necessidades de formação dos imigrantes?
	Que possibilidades lhes são oferecidas para o desenvolvimento dos conhecimentos e competências no local de trabalho? As necessidades de formação dos trabalhadores imigrantes tendem a ser diferentes das necessidades de formação dos outros trabalhadores da organização (nacionais)?



**POLITECNICO
SETÚBAL**

POLYTECHNIC UNIVERSITY

IPS.PT

T. [+351] 265 548 820

E. INFO@IPS.PT

POLITÉCNICO DE SETÚBAL

EDIFÍCIO SEDE

CAMPUS DO IPS - ESTEFANILHA

2910-761 SETÚBAL

PORTUGAL